



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº 1138/07	DATA: 8/8/2007
INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 17h18min	DURAÇÃO: 02h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h22min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRIO DE OLIVEIRA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Grafia não confirmada: GRADE.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da 11ª Reunião deste Conselho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Solicito a suspensão da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à suspensão da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Comunicações recebidas.

Comunicamos que as representações protocoladas pelo PSOL contra os Deputados Olavo Calheiros e Paulo Magalhães no último dia 1º de agosto já foram numeradas e publicadas pela Presidência da Casa, e na data de hoje instauramos o processo. Assim sendo, os Deputados representados serão notificados para apresentação de defesa em 5 sessões.

Comunico aos senhores que, com base no art. 14, § 4º, inciso IV, e art. 13 do Regulamento, que determina que os Relatores dos processos poderão proceder às diligências e à instrução probatória que entenderem necessárias, os requerimentos apresentados serão encaminhados *ad referendum* do plenário, ressalvadas as providências previstas nos artigos 14, 15, 16, 18 e 21 do Regulamento deste Conselho.

Nesse sentido, foram encaminhados os seguintes requerimentos, apresentados pela Relatora do Processo nº 05, de 2007, Deputada Solange Amaral.

Requerimento s/n, que requer a oitiva dos Deputados Mário de oliveira, Representado, e Carlos Willian.

Requerimento nº 03, de 2007, que requer documentos e informações junto ao Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal e Polícia Civil de São Paulo referentes a depoimentos, declarações e oitivas, transcrição integral das gravações



de escuta telefônica que tratem de assuntos de interesse da investigação dos fatos, objeto da representação.

Requerimento nº04, de 2007, que requer cópia de do documentação à 21ª Vara Cível de Belo Horizonte, à Procuradoria da Câmara dos Deputados, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Requerimento nº05, de 2007, que requerer à Polícia Federal de Minas Gerais informações sobre o envolvimento do Sr. Charles Santos Souza, assessor do Deputado Carlos Willian, em possível assalto.

Requerimento nº06, de 2007, que requer cópia do de poimento prestado pelo Sr. Odair da Silva perante a Superintendência Regional da Polícia Federal em Brasília.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado Mário de Oliveira, Representado do Processo nº05, de 2007 — Representação nº12, de 2007 —, cuja Relatora é a nobre Deputada Solange Amaral.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra à Relatora, Deputada Solange Amaral, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente, de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros titulares e, logo após, os membros suplentes, que terão o prazo de 10 minutos para fazerem suas perguntas.

Convido o nobre Deputado Mário de Oliveira e o seu advogado para virem até a mesa. (*Pausa.*)

Dando início ao depoimento, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário de Oliveira, que está acompanhado de seu advogado, o Dr. Itapuã Prestes de Messias.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente e Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados membros da Comissão do Conselho de Ética, eu, na verdade, teria muito pouca coisa a dizer, porque nós não tivemos acesso ainda a muito material que compõe esse inquérito que foi enviado à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal, mas de antemão eu quero dizer a todos vocês que estou



tranquilo. Procurei me antecipar aos prazos regimentais, demonstrando, assim, que não temo, sou inocente daquilo que estou sendo acusado, estou tranquilo.

Inclusive, amanhã pretendo fazer uma visita ao Corregedor de Polícia do Estado de São Paulo, para pedir providências, no sentido de fazer diligências e investigações mais profundas na 7ª Delegacia de Osasco, de onde se originou todo esse processo e esse assunto do qual estamos aqui reunidos para tratar.

Pretendemos também visitar o Ministro do Supremo Tribunal, Ministro Sepúlveda Pertence, e o Diretor-Geral da Polícia Federal no sentido de pedir a colaboração, pedir que haja mais agilidade nas investigações desse fato que lamentavelmente tenha acontecido.

Digamos assim: para encerrar a minha apresentação, eu quero tornar a dizer a vocês que estou tranquilo. Há um provérbio que eu conheço desde criança, que todos os senhores devem conhecer. É um provérbio muito comum e muito usado por todos nós: “*Quem não deve não teme*”. Eu sou inocente e estou aqui à disposição deste Conselho de Ética para responder às perguntas que me forem feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu darei a palavra inicialmente à nobre Relatora, Deputada Solange Amaral; posteriormente, pela ordem, aos Srs. Deputados inscritos.

Tem a palavra a nobre Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sras. e Srs. Deputados; Deputado Mário de Oliveira e seu advogado, Dr. Itapuã; Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, com relação ao material, temos uma representação feita por um presidente de partido e a defesa prévia do Deputado Mário de Oliveira.

Vamos iniciar as oitavas.

Deputado Mário, o senhor conhece os fatos que lhe são imputados?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor conhece o Deputado Carlos Willian. Se o senhor pudesse, que falasse um pouco, porque os fatos envolvem 2 Deputados. O senhor está sendo acusado de ter organizado, ou pensado, ou planejado, ou financiado, ou contratado o homicídio de outro Deputado.



Eu queria ouvi-lo um pouco sobre a natureza das relações, do seu relacionamento com o Deputado Carlos Willian. Do que consta, aconteceram atritos importantes entre V.Exas. Se o senhor puder, fale um pouco disso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu conheci o Deputado Carlos Willian em meados de 1982, quando eu era candidato pela primeira vez a Deputado Federal. Ali começamos um relacionamento de amizade. Com o passar do tempo, ele se tornou também advogado do Conselho Nacional — do qual eu sou Presidente — da Igreja do Evangelho Quadrangular. E foi um relacionamento de aproximadamente 19, 20 anos, mais ou menos. Nunca tivemos nenhum desentendimento, nenhum atrito. Nunca tivemos nenhuma diferença.

Inclusive, na eleição a Vereador em 2000 — posso errar na data, mas não é intencional —, nós tivemos eleição para Vereador, e a liderança da Igreja o escolheu para representar a Igreja naquela ocasião. Assim, trabalhamos e ele foi eleito Vereador.

Em mil novecentos e oitenta e... Aliás, em 2002 — desculpe-me —, eu não queria mais ser Deputado Federal, porque o trabalho da Igreja é um trabalho assim que me toma muito tempo. Eu sou responsável pela Igreja no Brasil todo. Eu tenho que viajar, tenho que fazer reuniões de ministério em cada Estado, reuniões de Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional. Eu pedi, então, a minha liderança que me poupasse de concorrer a Deputado em 2002. E naquela ocasião, nós então reunimos a liderança e resolvemos apresentar o Deputado Carlos Willian como meu sucessor, representando os interesses do segmento do qual fazemos parte.

Eu não tinha nenhuma intenção de concorrer a nada, porque na verdade, Srs. Deputados, eu sou apaixonado pelo que faço como pastor, hoje como administrador de uma Igreja que soma aproximadamente 10 mil congregações no Brasil. Mesmo assim, a liderança achou que seria necessário, que seria bom que eu concorresse ao Senado para ajudar os nossos candidatos. Porque em 2002, nós lançamos o Deputado Carlos Willian como candidato a Deputado Federal e também o Pastor Antônio Carlos de Moraes como candidato a Deputado Federal também. E me convenceram a concorrer ao Senado para ajudar o partido, ajudar a chapa. Eu concorri. Obtive 705 mil votos na ocasião, e o Deputado Carlos Willian foi eleito com



111 mil votos, aproximadamente. O Pastor Antônio Carlos teve 86 mil votos, não foi eleito porque não alcançou a legenda.

Quero ser franco com todos vocês. Em 2003, quando então o Deputado Carlos Willian estava em pleno mandato, houve um incidente. Até então nunca tínhamos tido nenhum atrito. Nós temos um trabalho em Belo Horizonte que se chama O Sermão da Montanha, que é realizado toda Sexta-Feira da Paixão. E por coincidência, já há 2 eventos do Sermão da Montanha, o Deputado Carlos Willian participava ativamente na organização da direção, porque não é uma pessoa só que faz. Geralmente nós temos uma equipe de pessoas. Um que vai ver a segurança, outro que vai ver a questão de saúde, de socorro e de segurança e assim por diante. E ele participava ativamente, em 2003, desse Sermão da Montanha.

Houve um episódio, em 2003, no Sermão da Montanha, que deixou todos nós constrangidos. Num momento de... sei lá, de irresponsabilidade, posso dizer assim, ele passou a agredir a Polícia Militar que estava ali naquele evento, dizendo que a Polícia Militar não estava ali para dar opinião, que lugar de polícia era estar prendendo bandidos nas favelas e assim por diante. E depois teceu críticas também ao Governador do Estado, Aécio Neves, e ao Secretário de Governo. E aquilo foi um constrangimento muito grande porque havia cerca, ali, de 50 a 70 policiais militares ajudando na segurança do evento. Invadiram o palanque, e foi uma coisa constrangedora. Nós tivemos que ficar quietos porque havia aproximadamente 100 mil pessoas, inclusive representante... havia um coronel da Polícia Militar ali no palanque. E aquilo passou. E a liderança, o nosso conselho de Belo Horizonte, em Minas Gerais, resolveu então chamá-lo para um esclarecimento, o porquê daquela atitude constrangedora.

Eu queria dizer uma coisa que é assim muito doméstica, mas é importante dizer que foi uma coisa assim tão desagradável. Isso foi na Sexta-Feira da Paixão, e no domingo — a Igreja, como toda Igreja, tem muitos militares —, os militares se ausentaram da igreja no domingo porque acharam que naquilo também eu era responsável. Nós estivemos... Eu fui com o Deputado Roberto Ramos, com o Deputado Antônio Genaro, que é meu irmão, fomos no Alto Comando apresentar um ofício em desagravo, pedindo desculpas pelo incidente. E depois chamamos o Deputado Carlos Willian, que havia sido eleito em outubro do ano anterior, de 2002.



E quase que como um Conselho de Ética, cada membro daquele Conselho deu a sua palavra, fez perguntas e depois, no final, chegou-se à conclusão de que ele deveria ser — esqueço a palavra — afastado por 6 meses de todas as atividades pastorais. E assim foi feito.

Mas acontece que ele não aceitou essa... Ele foi disciplinado, essa é a palavra, ele foi disciplinado. E o Conselho, por unanimidade, chegou à conclusão de que ele ficaria 6 meses afastado de todas as suas atividades pastorais. Mas ele não aceitou essa disciplina. Eu não quero discutir as razões íntimas pelas quais ele não aceitou. E ele convocou algumas pessoas, alguns pastores a sua casa em 2005 — isso 3 anos, 2 anos depois — e fez uma declaração. Ele fez uma declaração: *“Quero comunicar a vocês que a partir de hoje estou fora da Igreja do Evangelho Quadrangular, porque não concordei com a disciplina a mim imposta e estou saindo hoje da Igreja”*. E com essa declaração, então, ele se desligou verbalmente da Igreja, com aquelas testemunhas que ele mesmo convocou. E daí por diante ele não pertence mais ao quadro ministerial da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Nós tomamos apenas uma providência no final do ano de 2005, comunicando ao Ministério essa decisão que ele havia tomado. Nós esperamos um tempo. Pensamos: quem sabe ele possa arrazoar, analisar, voltar atrás e tomar uma outra decisão. Mas nós demos um prazo de aproximadamente uns 5 meses, ele não tomou nenhuma decisão, e nós então comunicamos o Ministério da sua decisão de se afastar da Igreja do Evangelho Quadrangular. Foi a única vez. Nós nunca o processamos, nunca fizemos denúncia contra ele, ou verbal ou por escrito, porque não faz parte da nossa índole, da nossa personalidade, do nosso caráter a ofensa. E foi apenas essa decisão. Foi uma decisão que nós fizemos para o Ministério até por escrito.

E finalizando por aí, não tivemos mais nenhum contato. Nunca mais conversamos. Viemos a nos encontrar... Eu fiquei 4 anos aproximadamente sem ver o Deputado Carlos Willian, e vim vê-lo aqui neste mandato, porque eu não queria mais concorrer a Deputado, mas a liderança da Igreja achou que não dava tempo de preparar um outro nome para me suceder aqui. E eu, então, por essa razão, concorri mais uma vez a Deputado Federal. Estou aqui e aqui, então, eu me encontrei com



ele, depois de 4 anos, assim, pelos corredores, porque, a bem da verdade, nós não temos conversado.

É mais ou menos isso. Não sei se vai satisfazer. Talvez seja até subsídio suficiente para que os nobres colegas Deputados Membros do Conselho de Ética possam avaliar essa minha palavra e daí fazer algumas perguntas. E estarei aqui pronto para responder a todas elas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, o senhor falou que os fatos ocorreram — os fatos do disciplinamento, como V.Exa. disse — em 2003, e a saída do Deputado foi em 2005. Desde esse fato, o disciplinamento, digamos assim, em 2003, a seguir temos aí quase 2 anos. A relação pessoal entre vocês já ficou abalada a partir dessa decisão?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ficou abalada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Desde 2003?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele permaneceu na Igreja e V.Exa. também. Porque V.Exa., do que sei, é o comandante...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Exato.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ... como disse aqui, da Igreja. É o pastor, o comandante, enfim, da Igreja do Evangelho Quadrangular. É isso? Só para a gente também não estender tanto as respostas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso. Primeiro, ele não aceitou a disciplina, e nesse espaço de 2003...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A 2005.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - ...a 2005, nós mantivemos alguns encontros, algumas conversas. E ele sempre dizia que não estava aceitando a disciplina. E tanto é que o tempo de 6 meses até passou. Passaram mais de 6 meses, e mantivemos até o dia, que foi o dia 5 de julho de 2005, foi o dia em que ele reuniu esses pastores e declarou que, a partir daquele momento, ele não pertencia mais, estava se desligando da Igreja do Evangelho Quadrangular. Então, desse dia em diante é que não houve mais contato nenhum.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Parece que houve também uma ação na Justiça, não sei. Se não houve, o senhor, por favor, me... do Deputado...



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Houve.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até se o senhor pudesse nos informar toda as ações ou litígios ou questões que existam entre os senhores, ou a Igreja e o Deputado Carlos Willian, que tenham chegado à delegacia ou ao tribunal... Do que sei, existe uma ação do Deputado, solicitando que fosse impedido de ser pronunciado o nome dele nos cultos. Mas queria que o senhor me dissesse o que o senhor sabe de ações, do que existe em tribunal ou em delegacia sobre litígio entre V.Exa. e o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, mediante... Nós ficamos tentando reconciliar esse tempo todo, conversamos várias vezes, encontramos várias vezes, tentamos reconciliar, mas até que culminou que, em 2005, em julho de 2005, ele convocou esses pastores e declarou a decisão dele de sair.

E mesmo assim, de julho até novembro, nós ainda ficamos esperando, porque eu acredito que não existe nada urgente que não possa esperar 3 dias. Eu acho que as coisas, elas podem esperar, porque às vezes a pessoa toma decisão num momento de... assim, no calor do sentimento, do atrito. E nós esperamos até o mês de novembro de 2005, esperando que houvesse uma volta, que aquilo tudo acabasse. Como ele decidiu que não estava mais mesmo na Igreja, eu fiz uma circular. Aliás, perdão, o Ministério fez uma circular. Nós nos reunimos novamente, a liderança da Igreja, do Ministério, e fizemos uma circular ao Ministério, declarando esses fatos que eu já disse, relatando o acontecimento que houve no Sermão da Montanha. Não o destratei em momento algum, não o acusei de nada. Eu apenas relatei os fatos e disse que, mediante esse fato e ele não ter aceitado a disciplina e ter declarado aos pastores que ele convocou na sua casa para dizer que não estava mais na Igreja, então nós fizemos um comunicado oficial ao Ministério, dizendo que ele então, por essa razão de ele mesmo ter tomado essa decisão pessoal, ele não pertencia mais ao Ministério. E isso foi por escrito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Peço a V.Exa., se puder e ainda tiver, que traga cópia dessa circular para os autos — se tiver.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu tenho aqui comigo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ah, está ótimo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu posso até ler.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, não sei se é o caso. Entregue para os autos, se puder.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Está bom.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E se V.Exa. puder nos ajudar, o que há de queixas ou de ações ou de questões entre o Deputado Carlos Willian e V.Exa. ou a Igreja que V.Exa. comanda?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Quando nós fizemos esse comunicado ao Ministério, ele entrou na Justiça, pedindo uma liminar para que isso não fosse mais distribuído. Ele conseguiu a liminar, nós recebemos a notificação do juiz, da Justiça, e paramos. Isso é um arquivo interno que eu coloquei no bolso, porque eu achei até que fosse necessário apresentar. E ele nos moveu um processo, conseguiu a liminar, nós paramos, e parou nisso. Há cerca de 3 ou 4 meses, essa questão já acabou, já foi decidida. Houve uma audiência com o juiz, que deu a liminar. Ele ficou satisfeito com a decisão, porque nós acatamos a decisão da Justiça, não distribuímos mais essa circular, e a ação acabou, não existe mais. Não temos nenhuma ação contra o Deputado Carlos Willian.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor, Deputado, o seu advogado. Esse é o processo que tramita na 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte?

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Sra. Relatora, exatamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É exatamente esse?

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Esse. Só que tem um detalhe: há um acordo nessa ação jurídica de que não haveria essa divulgação. Então, solicito a V.Exa., inclusive, que fique registrado nos autos que esse encaminhamento que o Deputado Mário de Oliveira está fazendo ao Conselho, a V.Exa., Relatora, não seja tido como uma divulgação disso, na medida em que houve um acordo para que não fosse feita a divulgação desse material mais. Há uma decisão judicial nesse sentido, que o Deputado quer preservar e respeitar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas deseja que devolva ou pode permanecer junto ao Conselho?

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Não, eu vejo que se não for um documento útil a V.Exa., poderia até haver a devolução desse documento, na



medida em que nós não temos interesse... Temos interesse na comunicação do fato, mas não temos interesse no descumprimento da medida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Há uma decisão judicial, mas nós estamos no Conselho da Câmara dos Deputados.

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - É verdade. É apenas para registrar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Creio que em bom momento V.Exa. nos orienta nesse sentido. Esse é o processo da 26ª Vara Cível? Esse é o fato?

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Eu teria que verificar. Esse é o fato que estava naquela representação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu tenho aqui, se V.Exa. quiser olhar.

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Eu olho.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Veja se é este.

O SR. ITAPUAN PRESTES DE MESSIAS - Agradeço a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Tem notícia sobre se não há nenhuma outra ação, nenhuma outra do seu conhecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não há nenhuma outra ação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nem de V.Exa. com o Deputado nem do Deputado com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nada, nada. Não temos nenhuma ação contra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado Mário, questões financeiras dentro dessa relação. V.Exa. disse que ficou sem mandato, que o Deputado Carlos Willian foi indicado para ser Deputado Federal. Há hoje alguma dívida, empréstimo, alguma questão financeira entre V.Exas.?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nada, nada, nada. Absolutamente nada. Nenhuma dívida nem daqui para lá nem de lá para cá.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. conhece, claro, uma série de questões que falam que teria havido também uma disputa por conta de riqueza, poder, patrimônio. Nada disso V.Exa. reconhece como sendo...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nada disso, Deputada. Nenhuma disputa. Nada. Absolutamente nada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. conhece, acredito, o Sr. Odair da Silva?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Conheço.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pode falar um pouco para nós?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O Odair é membro da Igreja do Evangelho Quadrangular. Quero que a Relatora me perdoe por não citar datas precisas, porque nós temos 2,5 milhões de membros, e eu não tenho detalhes particulares de cada um. Ele pertence ao Ministério há cerca de 8 a 10 anos, aproximadamente, esse Odair, que é obreiro credenciado da Igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Obreiro o quê? Desculpe.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele é obreiro. Ele é um obreiro da Igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor falou obreiro...?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Credenciado.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ah, está.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Obreiro para exercer atividade.

Ele tem uma casa de recuperação de dependentes químicos, à qual ele tem se dedicado. Há aproximadamente um ano e meio, mais ou menos, ele se tornou funcionário do escritório do Conselho Nacional em São Paulo, porque nós temos um Conselho Nacional, temos a nossa infra-estrutura em São Paulo, e ele se tornou um funcionário desse Conselho Nacional.

E eu tive um relacionamento mais próximo a ele aproximadamente ali pelo mês de setembro, outubro do ano passado, porque, conversando, eu me inteirei do trabalho dele de recuperação de dependentes físicos e achei muito interessante. Eu tenho um projeto de fazer um trabalho dessa forma a nível nacional e eu então passei a conversar, me inteirar, me informar do seu trabalho e achei muito interessante.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele privou, enfim, do relacionamento entre o senhor e o Deputado Carlos Willian? Ele desempenhava alguma função? Enfim, ele participava desse relacionamento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Com relação a mim, eu posso dizer à senhora. Conversando, e ele falando sobre seu trabalho de recuperação, nós estreitamos o nosso relacionamento, como eu disse, por volta de setembro, outubro do ano passado. Nós conversamos muito e sempre planejamos. Inclusive nós chegamos a discutir uma ONG com uma amplitude maior para atingir o trabalho que ele faz.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Setembro, outubro do ano passado, o Deputado Carlos Willian já não era da Igreja, então o Odair não foi uma pessoa que privou do relacionamento com V.Exa. e com o Deputado Carlos Willian?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, eu estou dizendo comigo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Então, por favor, o senhor prossiga.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Esse relacionamento comigo. Eu não posso falar do relacionamento dele com o Deputado Carlos Willian.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas o senhor tem notícia dentro da mesma Igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não há, porque a Igreja tem muitos eventos onde as pessoas se encontram, conversam, se confraternizam, elas participam.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É, mas estamos falando de outra natureza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, comigo eu tenho certeza de que nós tivemos um relacionamento mais estreito. Como eu estava dizendo, nós começamos a estudar a possibilidade de termos uma ONG assim de maior abrangência, para a gente fazer o trabalho que ele estava fazendo apenas em São Paulo, num dos bairros de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Fruto dessa relação entre a Igreja e a ONG é que houve algum problema com a Receita Federal?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente. Nenhum. Não houve.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A Igreja nunca recebeu uma multa da Receita Federal?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - A Igreja, ela passou por um período, há cerca de 6, 7 anos, por uma fiscalização da Receita Federal. Atendeu a todos os quesitos, mas não tem nada a ver com o fato. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Tanto é que faz mais de 6 anos — foi em 2000, faz 7 anos —, que ocorreu essa fiscalização. Não tem nada a ver com o fato.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor sabe dizer qual a situação hoje em relação a esse tema?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Está bem. Está bem.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O que o senhor nos teria a dizer, já que o senhor conhece o Sr. Odair, sobre esses fatos do dia 19? Se não me engano, dia 19 de junho. É isso? Acho que é dia 19 de junho, em que foi preso — os fatos que V.Exa. conhece —, foi preso numa praça de alimentação de um *shopping*, disse que teria sido chamado para contratar alguém para cometer um homicídio em relação ao Deputado Carlos Willian. O que V.Exa. teria a nos dizer desse fato?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, o que eu sei eu acho que é o que todo mundo sabe. Nós sabemos de um fato que foi fartamente publicado pela imprensa. Li também o relatório da Polícia, do 7º Distrito de Osasco. É um fato assim lamentável que... não sei como foi que aconteceu uma coisa dessas. É claro, sem dúvida alguma, até no nosso direito de convocar testemunhas, por sugestão do nosso advogado, nós convocamos o Sr. Odair Silva para depor aqui, para a gente ter um esclarecimento melhor dos fatos. Porque, na verdade, na minha opinião, essa questão ainda continua muito nebulosa. Eu não sei exatamente por que houve esse caso, esse evento, por que ele tomou essa decisão, qual foi o envolvimento, o que aconteceu. Eu quero dizer, Deputada, que eu estou absolutamente alheio e inocente de todos esses fatos. Eu não tenho nada a ver com esse acontecimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Consta que o Sr. Odair da Silva hoje está resguardado, ou cuidado, ou está mantido no interior de Minas, sob a guarda de V.Exa.



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não é verdade. Não, não é. Não é isso. Eu não sei do paradeiro do Odair.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor não se encontrava... não se encontra com ele há muito...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mesmo antes dos fatos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Antes dos fatos?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sim, antes do dia 19 de junho.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ah, sim. Nós tínhamos uma... Estávamos sempre conversando em São Paulo, em Belo Horizonte. Nós conversamos várias vezes. Eu estou dizendo que a partir do episódio do dia 19, nós não estivemos mais... não estivemos mais juntos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele já foi funcionário do seu gabinete?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Do meu gabinete não. Não foi.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por que o senhor acha que ele teria feito isso? O relacionamento da Igreja com a ONG tem problemas, houve algum tipo de combinação que não foi cumprida?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, a...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque tem uma relação pessoal e tem também uma relação que o senhor tratou aqui da Igreja com a ONG de nome... *(Pausa.)* O senhor pode nos... o nome da ONG do Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - GRADE.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - GRADE.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por que razão alguém com quem o senhor tem um relacionamento assim, próximo, afetivo...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, Deputada, eu...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ... de repente é preso, chega na Polícia e lança seu nome?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu às vezes fico até tentando entender o comportamento humano. Nunca tive problema com o Odair. A Igreja



dava uma contribuição de R\$1.400,00. A Igreja legalmente não tem nada a ver com essa ONG, ela não tem nada a ver com a ONG, mas dava uma contribuição de R\$1.400,00 que era para ajudar nas despesas que certamente... aluguel, água, luz e alimentos. Isso era da... Dava os R\$1.400,00, e ele administrava da maneira que ele quisesse. Nunca tivemos nenhum problema. Tivemos sempre uma relação boa. Nunca tivemos nenhum atrito, nada, absolutamente. Agora, eu não entendo. O comportamento humano é muito difícil às vezes de você entender. Como é que uma pessoa toma uma atitude como esta de fazer acusações e... Sei lá, eu não entendo, francamente, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quem lhe apresentou o Odair? Como o Odair chega ao senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O Odair... Como ele há um ano e meio aproximadamente trabalha no Conselho... Eu vou ao Conselho, em regra geral, toda semana. Vou para lá na segunda e na terça venho para cá, ou então saio daqui na quinta e vou para lá, para São Paulo. E eu passei a encontrá-lo ali, nas dependências do Conselho. Encontrava-o antes em congressos...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Em São Paulo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Em São Paulo. Encontrava-o antes em congressos, convenções, e passei a encontrá-lo ali, onde passamos a conversar. Não me foi apresentado por ninguém. Nós nos conhecemos ali. Como eu chego lá, converso com os funcionários, alguns são pastores, a gente troca idéias. Porque a igreja tem uma editora também e tem uma secretaria de comunicação. A gente fica ali conversando, e foi ali que eu então estreitei meu relacionamento com ele.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Vocês já viajaram juntos, Deputado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Juntos? Eu acho que umas duas vezes, juntos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Lembra de onde para onde?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - São Paulo para Brasília; São Paulo para Belo Horizonte; umas duas ou 3 vezes.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor se recorda se, em alguma delas, o Deputado Carlos Willian estava no avião, ou não estava?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não me recordo. Não fiz essa observação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor poderia informar qual a razão dessas viagens? Foi pelo gabinete? O senhor.... passagens, tudo....

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não tenho uma lembrança nítida, mas é possível.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Certo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Agora, o motivo dessas viagens é porque nós passamos a fazer uma pesquisa de qual seria a maneira melhor de ampliarmos esse trabalho social; se seria uma associação, se seria uma fundação, se seria uma OSCIP. Então, nós passamos a conversar. Aqui em Brasília conversamos com muitas pessoas. Em Belo Horizonte também conversamos...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sobre?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sobre a possibilidade da criação dessa ONG para tratamento de pessoas dependentes químicos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - De ampliar o trabalho da ONG?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - De ampliar o trabalho. Porque o trabalho dele é muito local, e nós queremos fazer um trabalho a nível nacional.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, o senhor sabe de que o senhor é acusado, não é? O senhor é acusado de ter planejado, contratado, junto com o Odair... O senhor sabe do que o senhor...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sei. Sei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ... do que o senhor é acusado. Nós temos um material no Supremo Tribunal Federal. Ontem nós estivemos lá com o Relator, com o Ministro Sepúlveda Pertence, que ficou de encaminhar para nós, Conselho, toda a documentação que existe, inclusive materiais que envolvem gravações, fotografias, tudo. O senhor poderia afirmar que não há qualquer gravação coma a sua voz sobre esses fatos? Nenhuma conversa sua com o Odair com esse conteúdo?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu tenho certeza absoluta. Tenho certeza absoluta. Relacionado a esses fatos, absolutamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor sabe da ficha passada desse Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Também nunca buscou saber? Nunca teve essa....

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor acredita que ele possa ter esse tipo de relação? Conhecer matador? Já tinha falado com o senhor sobre uma pessoa chamada Alemão?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Absolutamente. Nós nunca conversamos sobre isso. Nosso assunto é igreja, ministério, casa de recuperação. Esse é o nosso assunto. Assunto normal.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas não foi o assunto dele quando foi preso. Ele relatou outras coisas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, mas com ele eu nunca conversei sobre essas coisas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele o acusou frontalmente. Ele o citou.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Mas eu desconheço, absolutamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor disse que só tinha um relacionamento do bem com ele. Por que razão ele lhe faria esse mal? Nos ajude a tentar compreender.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputada, eu não consigo entender uma coisa dessas. Eu não consigo entender. É como eu disse. O comportamento humano às vezes surpreende. Você é traído por pessoas... Porque eu tenho um conceito: o inimigo nunca trai a gente. Quem tem o poder de trair é o amigo, porque ele é o amigo, e a gente não espera aquilo dele. Então, eu não sei explicar um comportamento desses.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele é de São Paulo ou é de Minas? O senhor o conheceu onde?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele é de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor o conheceu em São Paulo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Na igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Na igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o senhor se lembra de alguma vez ele estar acompanhado dessa pessoa chamada Alemão?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Absolutamente. As companhias, principalmente no local de trabalho, são pessoas que a gente conhece, que trabalham ali e que são fichadas, inclusive. Nunca vi ele com pessoa suspeita.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor viajou ... O senhor disse que lembra... Pode até não estar sendo completamente preciso, mas o senhor lembra que fez pelo menos duas viagens?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, duas posso dizer.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Isso, certamente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Certamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Só vocês 2 ou havia outras pessoas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Houve pelo menos uma vez em que havia mais uma pessoa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor pode informar?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, é uma pessoa até que está aqui. Eu nem sei se eu posso... nem sei se o Jaime Ribeiro está aqui. Uma vez nós viajamos para... Ele tá aqui; aquele senhor que está ali. Nós viajamos, estávamos juntos, e ele estava com a gente no vôo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor podia tentar nos ajudar a entender a razão dessas viagens?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Dessas viagens?



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É. Porque alguém com quem a gente viaja junto é alguém que tem alguma proximidade.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, Deputada, eu vou...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Que razão, por favor? Eu estou tentando entender.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu volto a dizer que acho que é muito comum, como, por exemplo, eu citei o nome de uma pessoa aqui, eu nem pedi licença a ele para citar, mas é uma pessoa, o Dr. Jaime. A gente viaja constantemente. Ele vem a Brasília, nós vamos para Belo Horizonte juntos, fomos a São Paulo. Acho que é normal.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas há razões para essa viagem. O senhor lembra as razões?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não existe uma razão, um objetivo definido. Ele tem algumas coisas para fazer aqui, ele vem. Às vezes, vem me acompanhando. Eu trago...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Às vezes, eu trago algum companheiro meu para me acompanhar, como ontem, tinha 2 companheiros aqui que até já foram embora. Me acompanham.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele foi a sua casa? Ele esteve na sua casa aqui, em Brasília?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, esteve na minha casa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se hospedou na sua casa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Um relacionamento, Deputada, de companheiro, de colega, de amigo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele se hospedou na sua casa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Hospedar, não. Mas ele já esteve em casa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Esteve na sua casa. Veio ao Congresso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Já esteve por aqui, sim. Esteve aqui.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor também afirma que o Odair hoje não está morando, protegido, guardado com o senhor no interior de Minas, como um jornal relatou?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até na sua própria defesa prévia V.Exa. cita esse fato.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Absolutamente. Quero até acrescentar, eu nem sei onde ele...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor não o vê?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Não o vejo e não sei...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele o procurou depois desse... Porque ele apareceu na televisão. Eu nem imaginava que seria Relatora de um caso desse, estava ligando a televisão e vi uma pessoa dizendo que foi contratado pelo fulano. Essa pessoa que o senhor conhece.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, umas duas vezes ele me ligou.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Depois de 19 de junho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, depois, passados aí uns...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Dizendo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Dizendo que gostaria de encontrar comigo, que estava muito arrependido do que tinha feito, queria pedir o meu perdão. E eu falei com ele que aguardasse um pouco mais, porque... Na verdade, não quis encontrar com ele pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele o coloca nessa confusão toda e que sentimento o senhor tem em relação a ele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu tenho que esperar, Deputada, a finalização disso tudo para me situar. Quero dizer para a senhora que eu não tenho...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque o próprio processo é muito desgastante, é muito...



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O meu sentimento é de decepção, não é de ódio, nem de vingança; apenas de decepção por uma pessoa que trabalha comigo, é meu companheiro, que viaja comigo fazer uma coisa dessa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor alguma vez entregou qualquer numerário ao Sr. Odair da Silva?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Nada. Ele apenas, como funcionário do conselho, recebe lá o salário, parece que, líquido, de setecentos e alguma coisa. Mas é salário.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O conselho da igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É. Mas é salário.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E, além disso, havia um repasse para a ONG?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso, para a ONG. Tudo documentado, porque a igreja tem que prestar contas. Tem um relatório.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nos ajude, Deputado. Por que o Sr. Odair tinha cópia da carteira de identidade, da carteira de motorista do senhor quando ele foi preso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, eu não sei, eu não sei. Apesar de que, em nosso escritório, em Belo Horizonte, às vezes nós temos alguma cópia de carteira de motorista, de identidade para alguma eventualidade de seguro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele ia a Minas? O senhor se lembra de ele ter ido a Minas? Porque ele está em São Paulo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, foi várias vezes a Minas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele tinha cópia, ele foi achado, quando ele foi detido, preso, ele tinha cópias da carteira de habilitação do senhor.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ei vi lá. Eu não sei como ele obteve essa habilitação, essa cópia da habilitação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E tinha também cópia do... Marquinhos, o Sr. Marcos Régis de Moraes, V.Exa. conhece?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso, trabalha comigo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Parece que ele é seu motorista.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É o meu motorista.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É isso? E ele tinha cópia da carteira de habilitação do senhor, tinha cópia da carteira de motorista do Marquinhos e tinha cartões do Sr. Charles Santos Souza. Quem é o Sr. Charles Santos Souza?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Bem, o Charles que eu vi no inquérito trabalha com o Deputado Carlos Willian. É o que eu sei. Ele trabalha com o Deputado Carlos Willian.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor não sabe por que ele teria seus documentos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não sei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nunca pediu ao senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca, nunca, nunca.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor conhece se esse Sr. Odair teria proximidade ou relacionamento com o Deputado Carlos Willian?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não posso afirmar com exclusividade, mas é normal, é comum. A igreja promove muitos seminários, eventos com grande número de pessoas, como o Sermão da Montanha; promove convenções, congressos. E em congressos pessoas do Brasil todo se encontram, se confraternizam, passam ali 2, 3, 4 dias juntos. Certamente eles devem se conhecer num evento como esse.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Deputado Carlos Willian não seria um desconhecido dele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não posso afirmar, Deputada, porque eu não tenho conhecimento. Eu não sei se eles têm amizade, se tinham amizade ou não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor acredita que o Sr. Marquinhos teria entregue 15 mil reais ao Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Absolutamente. Ele é um coitado.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mas podia não ser dinheiro dele. Não estou dizendo dinheiro dele, estou dizendo entregue.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Tenho certeza absoluta disso. Não entregou. Quinze mil reais é muito dinheiro.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Queria prosseguir, Sr. Presidente, mais um pouco. Existem 2 veículos que eu gostaria que o senhor me informasse se são da sua propriedade, se o Sr. Odair usava carros da sua propriedade, veículos da sua propriedade.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, nunca usou. Eu acho que a Deputada se refere a duas anotações de placas de carro. São de uma sobrinha e de um sobrinho, respectivamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sobrinha e sobrinho seus?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É. Juliana e Gustavo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - HDQ 0220?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, assim, número, eu sei só...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mais ou menos. E HAO 4904. Não são da sua propriedade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não são da minha propriedade.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nem foi o senhor que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, é deles.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor usa esses carros? Usava?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não uso. Tenho como regra, eu gosto de usar o meu carro. Dificilmente pego carro emprestado. Pode até acontecer de uma revisão, um pneu furado, uma coisa assim. Mas, em regra geral, eu não uso esses carros.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sabe se o Odair usava?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não usava. Nunca usou, porque isso é de uso exclusivo das minhas sobrinhas, é delas o carro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor conhece o Sr. Celso Braz do Nascimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Conheço.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor, o senhor pode falar um pouquinho do relacionamento com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O Celso Braz do Nascimento é pastor. Ele tem residência fixa em Bauru, é Secretário de Comunicação da Igreja do



Evangelho Quadrangular e trabalha em São Paulo. É meu amigo, meu companheiro. Pessoa íntegra, não é pessoa que... É um trabalhador e um grande colaborador.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado Mário de Oliveira, o senhor não pode afirmar, mas pode ter emitido passagens aéreas para o Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Provavelmente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pode ter?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pode ter.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E... Pois não.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deixa eu até acrescentar: não só para ele, outras pessoas. Não há um relacionamento exclusivo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor... Tivemos conhecimento, através da defesa prévia de V.Exa. e também de algum material de jornal, que esse Sr. Odair já teria redito muito das coisas que havia dito, que já falou coisas diferentes do que disse quando foi preso. Isso é simplesmente citado na sua defesa prévia. Até o seu advogado disse que não considera, não arrola, porque é alguma coisa que teria sido feita na Polícia Federal, mas que ainda não está disponível. Mas que ele teria mudado a versão dos fatos. Acho que isso está nos jornais. Eu queria ouvir o que o senhor acha sobre isso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputada, o que eu sei é o que está no jornal. Inclusive, nós não temos acesso...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Comente para mim um pouco o que o senhor leu no jornal sobre isso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu li, quando eu estava aqui, em Brasília, parece-me que foi publicado há 2 semanas, uma quarta-feira, voltei... E eu... É uma matéria que fala a respeito do assunto e que diz que Odair dá um novo depoimento. E tem aqueles argumentos que ele usa, que está no jornal aqui. É isso aqui o que eu sei. Não sei de mais nada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Isso não pode ter-lhe dado, assim, alguma alegria, alguma... Porque, afinal de contas, a ele, enfim... Ele queria...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu considero, Deputada, que nós estamos no meio de um processo, e eu vou revelar os meus sentimentos quando terminar tudo isso, que eu sou inocente. Então, eu não sou precipitado, sou pé no



chão. Eu acredito que as coisas, elas só são verdadeiras quando chegam a um final e que tudo é colocado em pratos limpos, tudo é revelado. Então, eu recebi, assim, com uma certa surpresa. Não posso dizer que não fiquei surpreso, mas dizer que eu fiquei feliz, absolutamente, porque isso aqui não é uma solução do problema. Isso é um fato, publicado pelo jornal, que está aí, que todos nós, eu li, algumas pessoas leram também.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Acho que, para esclarecer até nossos colegas, o pretense contratador, esse Sr. Odair, de quem estamos falando, da igreja, que o Deputado conhece, que viajou, ele, há 3 ou 4 dias... 10 dias atrás, dia 24, mais propriamente, teria, de própria vontade, ido à Polícia Federal de Brasília — eu digo teria porque deve ter acontecido os fatos, mas como nós não temos ainda —, foi à Polícia Federal de própria vontade dizer que os fatos não eram como disse anteriormente em Osasco, e que, ao contrário, em vez de o Deputado Carlos Willian ser a pretensa vítima, teria sido a pessoa... Não é isso que está?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É isso o que fala.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Teria, vamos dizer aqui, uma armação. É o que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Certamente, Deputada, deve estar na íntegra aqui o que ele disse lá.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É, certamente. Eu estou só tentando esclarecer nossos colegas que não estão a toda hora, no dia-a-dia do processo. Então, aí é uma completa mudança do que tinha dito. E V.Exa. acha que é possível isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu acho que é possível. Não por causa de uma pessoa, por causa do comportamento do ser humano. É como eu disse: o ser humano, ele é imprevisível. De repente, é uma pessoa que... É o que eu disse: um inimigo nunca trai a gente; quem trai a gente é o amigo. E é possível que alguém tenha tomado uma atitude como essa. Eu não estou acusando. Eu só... Eu acho que é possível. Eu acho que é possível, sim.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Fatos que envolveram... Por favor, eu quero lhe ouvir.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Envolveram um delegado, inspetores, enfim, a Polícia Civil de Osasco, se não me engano. Foi a Polícia que realizou a apreensão. O senhor acha possível haver alguma situação, uma armação, vamos usar essa expressão, que pudesse envolver todas essas pessoas? É claro, nós estamos fazendo hipóteses e ilações, mas eu não quero perder a oportunidade, V.Exa. está aqui, já se dispôs, o Deputado Mário de Oliveira se dispôs a vir tantas vezes quantas forem necessárias.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, sim.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós estamos iniciando um processo que, para nós, é penoso, tratar de 2 colegas, mas enfim...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Está certo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Então, eu queria ouvir: o senhor acha possível que isso seja uma armação de tantas instâncias, tanta gente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, se nós lermos atentamente o relatório da Polícia de Osasco, nós vamos encontrar muitos pontos, nós já anotamos. Eu não vou declarar aqui agora, vão declarar oportunamente, pelo menos 22 pontos contraditórios, que mostram que é possível ter sido uma armação. E o fato mais, assim, vamos dizer, o fato mais comum, que todo mundo comenta, é o fato de que a polícia tenha recebido uma informação de que haveria, no dia seguinte, às 10 horas ou 11 horas, uma pessoa com uma roupa — calça *jeans*, camisa branca com listras — e que seria o matador que estaria combinando a morte de um Deputado, e que a polícia tenha chegado lá no horário e não ter prendido o matador. A polícia prendeu o que estava com o matador que, casualmente, era o contratante e que portava esse material com ele. Eu não sou um advogado para falar, mas deu tempo desse vulgo Alemão, que eu acredito, eu acho que ele não existe, deu tempo de ele, de qualquer maneira, talvez tirar do bolso ou do celular um *chip* com gravação e deixar sobre a mesa e sair correndo. E a polícia não prendeu o Alemão, mas prendeu aquele que... o suposto contratante do Alemão que pagaria e coisa assim. Eu acho que já é...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu acho, inclusive, que isso é o começo de uma análise profunda que eu gostaria de me dirigir aqui aos membros do



Conselho para que analisassem isso profundamente, porque nós vamos encontrar... Como eu disse, Deputada, com o decorrer desse trabalho do Conselho, nós vamos apontar aqui pelo menos 21 itens contraditórios naquele relatório da polícia, mas o primeiro é esse. Não vou revelar os outros porque é uma questão, também, de estratégia, mas esse é o principal. A polícia recebe um comunicado de que haveria no Shopping Tamboré um suposto assassino, com toda a descrição da roupa dele, inclusive a cor dos olhos, uma descrição minuciosa, e chegando lá a polícia não o encontrou, aliás, a polícia encontrou o Alemão, que saiu correndo, mas deixou sobre a mesa um *chip* com gravações e a polícia não prendeu o suposto assassino, mas prendeu o suposto contratante. Eu acho que é o principal, o começo do indício de que alguma coisa aí não está combinando.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, eu já estou também meio que concluindo. Se você...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu ia só colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, é o seguinte. Normalmente, nós ouvimos a Relatora no caso. Posteriormente V.Exas. poderão fazer a pergunta que quiser.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - É isso o que eu ia inquirir de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado Camarinha, eu já estou mais ou menos concluindo e aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se quiserem aproveitar também a oportunidade, também poderão fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Como é o oportuno aqui, Deputada, eu gostaria que o nobre Deputado esclarecesse se houve as gravações oficiais, interceptação de ligações telefônicas, se tem isso no inquérito da polícia e qual é o texto, o teor dessa gravação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Deputado quer...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, eu não sei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pode ser que V.Exa. conheça mais do que nós.



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não sei, porque eu não ouvi nenhuma gravação por enquanto.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - É do conhecimento de V.Exa. que houve essas gravações, essa interceptação telefônica?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, o conhecimento que eu tenho é o conhecimento de imprensa. É a imprensa que falou. Nós, até agora... nós já tentamos através do advogado conseguir, parece-me que...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Cópia do inquérito?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É. Não conseguimos ainda.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Posso esclarecer? Permita-me um esclarecimento?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Permita-me só esclarecer da nossa parte. Nós estivemos ontem com o Ministro Sepúlveda Pertence, eu e o Deputado Ricardo Izar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de fazer um esclarecimento. Normalmente, nesses casos, nós solicitamos, no caso específico do Deputado, solicitamos tudo o que se encontra no Supremo, tudo o que foi feito na Polícia Civil de São Paulo, em Osasco, e tudo o que foi feito na Polícia Federal. Isso tudo já foi requerido. Ontem estivemos com o Ministro Pertence. Ele vai nos encaminhar tudo. Ele só tem uma pequena dúvida sobre o problema da gravação. Ele vai consultar o Ministério Público da possibilidade de nos encaminhar cópia ou a degravação, certo? Isso para podermos analisar e estudar, porque ele alega que o Conselho não é uma CPI, então, ele não teria a obrigação de mandar a gravação. Os outros ele já concordou conosco e já está encaminhando esta semana todos os detalhes, provas, oitivas de testemunha ou coisa parecida.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - A Relatora também não teve acesso à degravação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, também não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, não. Mas o Ministro disse que apenas vai ter o cuidado de conversar com o Ministério Público, mas que deverá nos encaminhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E quando tivermos, a Comissão também terá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ao chegar, encaminharei cópia para todos os membros do Conselho.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, eu teria um acréscimo a fazer, uma informação atual, se V.Exa. me permitir, a Sra. Relatora e os senhores membros do Conselho.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pois não.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Hoje, na parte da manhã, nós fomos à Polícia Federal com 2 objetivos, na verdade: de conseguir uma cópia desse novo depoimento e com o objetivo de conseguir uma cópia da perícia para verificar o que teria sido conseguido. Muito bem. Conversamos com o delegado que está presidindo o inquérito e tivemos uma dificuldade, mas também um esclarecimento. Qual a dificuldade? É que como não há ainda no inquérito um indiciado — o Deputado Mário não está indiciado, não há um indiciado, apenas uma investigação — e o processo está correndo em segredo de Justiça, os advogados não conseguiram ter acesso, nenhuma das partes conseguiu ter acesso a nenhum tipo de documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque não há partes.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sim, até porque não há partes. Mas conseguimos uma informação. O que aconteceu? O Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, encaminhou para a Polícia Federal o Kingston MB-512, que é esse cartão de memória. Eles fizeram uma transferência das informações para um CD e ali eles gravaram tudo o que está contido dentro desse cartão de telefone, para resumir. Quando esse cartão... Mas não houve por parte do Supremo nenhum pedido de diligência específica, de perícia específica. Voltou para o delegado dessa forma o CD e o Kingston. O delegado, presidindo o inquérito agora, fez, aí, sim, um pedido: *“Eu quero que vocês verifiquem aí no ICC se há alguma montagem, alguma armação na gravação, enfim, se o procedimento foi natural, sem identificação de vozes ainda”*. Voltou, portanto, o Kingston lá para o ICC e o delegado ficou com o CD onde está constando a gravação, o conteúdo das gravações apenas. Nada de



perícia feita ainda. E nós não conseguimos ter acesso a esse conteúdo pelas razões que eu coloquei no início da minha falação. Agradeço a V.Exas.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Doutor, só corroborando aqui...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - ...para que a gente não cometa injustiça, essas degravações são oriundas da autorização judicial de que período? V.Exa. conhece?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Deputado, na verdade, não houve uma degravação. A degravação, apenas no sentido de colaborar, é a transcrição em forma de texto. Não houve um pedido de degravação. Foi feita uma transferência das vozes que estão... das conversas que estão no Kingston, no cartão de memória, para um CD. Só isso que foi feito. Não tenho a data para informar.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - É do conhecimento do senhor se há um pedido oficial?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Há um pedido oficial, sim, mas eu não tenho a data.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, e o que se diz é que seria de uma conversa entre o Odair e o tal Alemão. É o que se diz. Não foi escuta telefônica do Deputado, oficial de... O que se diz é que seria desse Odair, pretendo contratante, com o chamado matador, que não se identifica quem é. Não se consegue identificar.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Parece, para esclarecimento, que é apenas o cartão de um telefone que foi apreendido. Não há uma gravação...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós estamos no aguardo de todo esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ... todo esse material.

Eu já estou concluindo. Deputado, acho que 2 ou 3 questões, no máximo. V.Exa. disse que conhece o Sr. Charles Santos Souza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Conheço.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele é da igreja? Ele trabalhou com o senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não sei se ele é um membro ativo da igreja, mas sei que ele freqüenta a igreja. Eu sei que ele freqüenta uma das nossas igrejas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele trabalhou com o senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Aliás, desculpe, não sei se freqüenta, sei que freqüentou uma das nossas igrejas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele trabalhou com o senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Comigo, não. Diretamente, não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor nunca teve proximidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Já. Na época da nossa amizade, entre eu e o Deputado Carlos Willian, ele era assessor do Deputado Carlos Willian e certamente a gente estava ali junto, tinha relacionamento. Não um relacionamento, assim, exclusivo, mas normal, de pessoas que se encontram para conversar alguns assuntos políticos, qualquer coisa assim.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu estou devolvendo ao Sr. Presidente. Mas queria saber se V.Exa. colocaria à disposição da Comissão o sigilo telefônico de V.Exa. a partir dessa data de outubro ou de quando V.Sa. relata a proximidade com o Sr. Odair. O sigilo telefônico, queria só perguntar a V.Sa. se colocaria.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Abro mão do meu sigilo telefônico.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quer dizer, na verdade, é transferir para a Comissão... Nós vamos ter todo o cuidado do mundo, porque há as questões privadas e tal. Mas acho que podem até serem fatos que ajudem V.Exa.

Agradecendo, devolvo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço à Relatora.

Estão inscritos o nobre Deputado Ruy Pauletti, o Deputado Dagoberto e o Deputado Paulo Piau.



Então, com a palavra o Deputado Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, Deputada Relatora, ouvi com toda a atenção que o caso merece. Gostaria de dizer ao Deputado Mário de Oliveira que eu conheço o trabalho das igrejas evangélicas. Eu não sou evangélico, sou católico, mas sei do bom trabalho que fazem no tocante a creches, clubes de mãe, tratamento com dependentes químicos. Tive um colega Deputado Estadual que era da igreja.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O Deputado Manoel Maria.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Manoel Maria, que foi um exemplo de Deputado. Tanto é que está sendo indicado, será indicado para o Tribunal de Contas. E vi que o Deputado tem a serenidade necessária para esses momentos. É conciso. Por isso, cabe cumprimentá-lo.

Fujo um pouco do encaminhamento que está sendo dado por entender que nós aqui não estamos falando se houve crime, se foi contratado ou não. Na realidade, não houve defunto nenhum. Nós temos que tratar aqui é da ética, do decoro parlamentar e dos prejuízos que esse imbróglio está causando para o decoro parlamentar. Havendo comprometimento do decoro parlamentar e da ética, naturalmente a Sra. Relatora vai apresentar as devidas... vai fazer o devido relato.

Mas me cabe fazer uma pergunta simples: se foi uma armação, como deu para entender nas suas manifestações, qual seria o motivo do Deputado Willian para fazer uma armação dessa?

Segunda pergunta: por que o Odair teria-se voltado contra aquele — no caso, o Sr. Deputado — que o tinha tratado, dentro da igreja e fora da igreja, como uma pessoa de sua confiança? Que motivos teria para levantar todo esse... inventar isso? Parece que esse é o entendimento do nobre Deputado. Que motivo teria o Deputado Willian? E que motivo teria o Odair de se manifestar contra aquele que era, na verdade, a pessoa que lhe estava dando sustento e trabalho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, eu queria dizer o seguinte: eu desconheço que haja um motivo. Eu não sei dizer se há um motivo também porque, pelo que eu visualizo esse tempo todo, não há. Não há porque... Ainda há pouco respondi à Relatora que, de minha parte, por exemplo, não existe motivo, porque não tem nenhum suplente dele que seja interessante para nós. Ele



não me deve nada. Eu não devo nada a ele. Não existe nenhum processo meu ou da igreja contra ele ou dele contra nós, a não ser esse que já se extinguiu. Eu não vejo motivo. Por isso eu acho que, com o decorrer do tempo, talvez a gente entenda alguma coisa, porque, no momento, ainda está nebuloso. Da mesma forma, Deputado, eu não entendo também como o Odair — já tinha respondido à Deputada —, como o Odair, num momento como este, com o relacionamento comigo, a amizade comigo, tomou essa decisão. Só para complementar o meu raciocínio, é o que eu digo: eu sou pastor desde 1965, há 42 anos. Então, a gente lida com pessoas de todos os segmentos. Mesmo não sendo eu um psicólogo, o pastor, muitas vezes, exerce essa tarefa de aconselhamento. No decorrer da minha vida toda, eu sempre fiz um questionamento. Por que as pessoas mais próximas da gente é que traem a gente? Eu nunca entendi. Isso talvez seja, Deputada, motivo, que não é o caso aqui, de um estudo profundo. Por que as pessoas tão íntimas, tão chegadas, traem a gente dessa maneira?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Deputado não imagina?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Mas é estranho.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu acho estranho. Eu acho que, no decorrer desse trabalho...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Mas como é que vamos acreditar, aqui, que o senhor não imagina o motivo que levou a... Isso não é verdade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Qual foi a motivação de essas duas pessoas prepararem essa artimanha?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Talvez, Deputado, com o depoimento que a gente não tem acesso na íntegra, não digo que seja tudo revelado, mas parte disso que nós indagamos, que o senhor indaga também, talvez seja esclarecido. Mas eu não entendo por quê. No meu ponto de vista, não há razão, não há motivo.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Mas não havia motivação política?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não havia. Não há, porque hoje...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Motivação religiosa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não. Hoje eu estou no meu segmento.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Financeira, não?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente. Nada, nada, nada.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Quer dizer que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele não me deve nada, eu não devo nada a ele. Nada! Não temos nada. A única pendência foi essa causa, que já foi esclarecida.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Essa de 2 mil e...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Do Sermão da Montanha.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - É. Continuo não entendendo, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, eu, quando pedi a palavra naquele momento, acho que seria importante, para todos nós aqui do Conselho — é a primeira vez que estou participando de um ato como este —, seria importante, Deputada Solange, a senhora, na condição de Relatora, passar antes para nós o que a senhora, de fato, apurou, o que a senhora teve de conhecimento, o que havia de concreto, para, daí, a gente poder, inclusive, entender o que está perguntando. Eu fui entendendo aqui porque sou advogado e já fui Secretário de Segurança Pública. Então, fomos, mais ou menos, entendendo. Mas seria importante que tivéssemos conhecimento do que vocês encontraram, ontem, lá no Tribunal e o que



há de elementos, até agora, de concreto, para, em cima disso, começarmos nossas perguntas. Até agora, já foi mais ou menos esclarecido. Mas eu queria fazer esse registro, que é importante para nós. Estamos aqui sem saber o porquê de estarem fazendo essas perguntas, o que tem e o que não tem. Então, diante desse fato, queria algumas coisas, porque sem ter elementos concretos... Em relação ao ato, lá, da prisão em flagrante, vocês leram esse documento? O que consta desse documento, para que a gente possa ter conhecimento disso? O que foi confessado, em juízo ou na polícia, para a gente poder fazer as perguntas? Então, acho que seria muito importante termos conhecimento disso, para, daí, então, fazermos perguntas. Senão, vamos ficar repetindo perguntas, sem que possa surtir algum resultado.

Eu, independentemente do que vocês vão colocar aí, porque certamente voltarei a falar diante disso, mas o que eu preciso entender, Deputado Mário... O Odair, que é quem foi preso, pelo que eu tenho conhecimento, em flagrante, e que estava portando esses documentos de V.Exa., de seu motorista, placa de sua sobrinha, não sei por que razões tudo isso, mas com uma foto do Deputado Carlos Willian. E junto com o Alemão. O Alemão teria corrido e a polícia não o pegou. É o que eu tenho de conhecimento.

Uma outra coisa que seria importante: foi dito por V.Exa. que o senhor não tem conhecimento de que o suposto mandante, o Odair, não tem qualquer relacionamento com o Carlos Willian e tem relacionamento com o senhor. Queria, então, que o senhor me explicasse como, então, que ele poderia acatar uma ordem do Carlos Willian e não do senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, eu só queria dizer o seguinte. Talvez... não sei se me expressei bem, mas eu não posso garantir se o Odair tem algum tipo de amizade com o Carlos Willian, porque é uma coisa, assim, de certo modo... Por exemplo, eu tenho 2 amigos aqui. Há pouco eu falei que viajo com amigos. Eu tenho o Dr. Jaime, o Pastor Guaraci, lá de Tocantins. Estão aqui e viajam comigo constantemente. Mas eu não sei se o Guaraci e o Jaime, se eles têm amizade, se eles são amigos, se eles são companheiros. Eu sei que eles estão lá, juntos, e assim por diante. Eu não sei, por exemplo, tem um outro amigo — desculpe citar nomes de amigos —, tem aqui o Pastor Eliener. Eu não sei se o Guaraci tem



amizade ou não com o Eliener, e assim por diante. Então, não posso garantir se o Odair tem, ou que tipo, que grau de amizade, de relacionamento ou de chegada com o Deputado Carlos Willian. Eu não sei, não posso garantir. Não estou dizendo que não tenha e nem que tenha. Eu não sei qual é o grau de amizade deles.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Porque isso, para nós, é muito importante, Deputado Mário, porque, na convivência do senhor entre a congregação — e eu imagino que vocês conversam constantemente — não saber se ele não tem amizade, isso é uma situação de defesa, inclusive, para o Carlos Willian, que não eram amigos e se ele é apenas amigo do senhor.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Mas eu não estou dizendo que eles não eram amigos. Estou dizendo que, para mim, é difícil detectar se eles têm ou não algum relacionamento de amizade. É muita gente. Eu tenho um número muito grande de amizades próximas. Eu não consigo detectar se fulano se relaciona com sicrano. Pode ser que sim, pode ser que não. Eu não sei disso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Está certo. Eu não faço parte de nenhuma congregação, sou católico, mas, pelo que o senhor está me colocando, na minha avaliação, eu tenho como que o Odair não tem conhecimento em relação ao Carlos Willian. Porque é impossível uma liderança como o senhor e ele, pelo serviço que ele presta para o senhor, e que ele, Deputado, junto com o senhor, na convivência com o senhor, nunca comentar que é amigo do senhor, na minha avaliação, ele não é amigo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O senhor se refere ao Odair?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Exatamente. É essa a conclusão que eu já tenho.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Mas, às vezes, Deputado, não é relevante alguém dizer: *“Eu tenho amizade com fulano, com sicrano”*, porque a gente se encontra em seminários, congressos...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas ele é Deputado, como o senhor.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim, mas eu...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não é relevante a pessoa que trabalha com o senhor saber se ele é seu amigo ou não?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O senhor está se referindo ao Odair ou ao Deputado?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ao Odair.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Nunca tivemos esse tipo de assunto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Muito bem. Isso aí é... Este Alemão que foi dito — na hora em que se fez a pergunta eu precisei votar, correndo, lá na Comissão para dar *quorum* e não ouvi o que o senhor falou em relação... Desculpe-me, vou fazer nova pergunta: esse Alemão, que foi dito como o contratado do Odair, o senhor, por acaso, ouviu falar dele alguma vez? Já o viu, já teve algum contato com ele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca, nunca, nunca ouvi falar. Não o conheço. Não sei quem é essa pessoa, nunca ouvi falar. Nunca!

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Nas conversas que o senhor teve com o Odair, ele já disse alguma vez que ele conhecia esse Alemão?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca, absolutamente. Deputado, o senhor disse que já foi Secretário de Segurança. Dá uma lida no relatório da Polícia de Osasco e o senhor vai começar a detectar os desencontros de informação, a maneira como foi feita a prisão. Eu não queria me antecipar, porque estou me resguardando, porque são pontos... nós anotamos, até agora, 21 pontos de divergência, vamos dizer assim, do relatório da polícia. Dá uma olhadinha, o senhor contribuiria muito com esse trabalho. Dá uma olhadinha, para ver como foi feito o relatório da polícia.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Está certo. Eu vou fazer só mais uma pergunta, porque, de fato, eu quero esperar esses documentos. Eu só queria saber o que o senhor entende que levou o Odair a voltar atrás e fazer novo depoimento.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não sei, porque nós não temos acesso ao depoimento oficial dele. O que nós temos é no jornal. Eu acho que a gente tem que esperar ele... temos o depoimento enviado pelo Supremo para ver, avaliar o que...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ele, desde essa acusação, nunca mais teve contato com o senhor?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Nunca mais.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não teve.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Está bem. Era isso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor disse que ele falou por telefone 2 vezes.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Logo depois do episódio, ele tentou falar comigo umas 2 vezes, mas eu não quis conversar com ele pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se desculpando?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, dizendo que estava muito arrependido, que queria falar comigo, queria o meu perdão. Eu disse que em momento oportuno talvez acontecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados, Deputado Mário de Oliveira, como mineiros que somos, ficamos realmente constrangidos, tristes por esses episódios, porque, na verdade, vem mais uma vez ajudar a denegrir a imagem desta Casa, que não sei se ainda tem imagem. Mas eu queria aqui dizer que nos conhecemos. Conheço muito o seu irmão, o Deputado Antônio Genaro, meu colega na Assembléia Legislativa de Minas por 12 anos, uma pessoa da mais alta qualidade. O meu relacionamento com ele é um relacionamento bom, estreito. Com o senhor, menos, evidentemente. Mas eu queria aqui apenas fazer alguma indagação. O Deputado Carlos Willian, o senhor tem informação de que ele pertence a outra igreja hoje, já que ele não está mais se relacionando com a Igreja do Evangelho Quadrangular?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não. Não tenho informação, Deputado. Não sei disso. Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O cargo que ele ocupava na Igreja do Evangelho Quadrangular era um cargo de um obreiro mais simples ou ele tinha algum cargo de comando na igreja?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele era obreiro. A primeira categoria no ministério é o obreiro credenciado. É o começo do ministério. Ele exerceu isso durante o período em que ficou com a gente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Nesse período todo, evidentemente, o senhor teve uma relação de amizade com ele, o senhor confessou. Nessa relação de amizade, a avaliação do senhor com relação ao Deputado Carlos Willian, entre seus vícios, suas virtudes, o senhor poderia avançar alguma coisa nessa direção ou não?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, Deputado, tenho um sistema de liderança que eu — desculpe a falta de modéstia, mas eu sou um líder na igreja, um administrador — delego poderes. E às vezes a gente erra ao delegar poderes para pessoas que não estão preparadas. Mas durante o período em que nós estivemos juntos, tanto durou porque não havia divergência nenhuma. Eu não havia detectado qualquer coisa que pudesse dizer assim: “*Você não serve mais*”. Então, de minha parte, não. Não detectei isso aí. Eu gostaria de aproveitar, Deputado — não sei se respondi ou se não respondi, mas estou à sua disposição — e dizer que acho que uma coisa que seria importante para os Deputados (Quem sou eu para aconselhar o Conselho de Ética?) é analisar o passado de cada um de nós. Eu estou cumprindo agora o sexto mandato, poderia estar no sétimo, mas abri mão de um, e tenho bons antecedentes. Bom, se estou pedindo para vocês analisarem, não posso fazer propaganda de mim mesmo. Mas analisem meu passado, meus antecedentes, tanto dentro da Casa, como fora da Casa, lá no mundo secular. Eu acho que seria bom que se analisasse o passado de cada um, para ver quais são as coisas que podem interessar, que podem importar para a interpretação deste Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor diz que a igreja, na verdade, não existe nenhuma relação, alguma pendência da passagem do Deputado Carlos Willian pela igreja. Não existe pendência nenhuma. Quer dizer, ele deixou, por aquele episódio do Sermão da Montanha, pelo ato disciplinar que lhe foi imposto, que ele não aceitou, e que hoje não tem pendência nenhuma mais, nem financeira, nem de outra ordem. O que a gente queria aqui perguntar... quer dizer, são perguntas vazias porque realmente o processo está inicial. Mas elas são importantes



para ir acumulando dados, para a gente fazer uma avaliação justa desse episódio. O que eu queria dizer é o seguinte: outras relações fora da igreja existiam entre o senhor e o Deputado Carlos Willian, fora da igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele foi advogado do conselho e político aqui. Ele foi um assessor, logo no começo do mandato, contratado pelo gabinete, mas, ultimamente, não. Era apenas um relacionamento de amizade. Aliás, advogava para mim, advogava para a igreja. Um relacionamento assim, não havia nada mais especial.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeito. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sr. Presidente, eu também gostaria de saudar o nobre Deputado depoente e lhe pedir escusas, porque alguns dos assuntos V.Exa. já tocou. Eu apenas quero aprofundar alguns aspectos, para que possamos formar uma convicção, uma compreensão melhor dos fatos. O senhor falou que o Sr. Odair era um obreiro na igreja. Ele desempenhava alguma função administrativa na igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, ele é um funcionário para serviços gerais. Deixe-me esclarecer para vocês. Existem 2 categorias de obreiros: existe o obreiro que se inicia no ministério para um dia ser um pastor, um ministro, e existe o obreiro leigo, que exerce apenas atividade local. Então, Deputado, o termo obreiro, Presidente, é um termo genérico. Eu, por exemplo, sou um pastor, mas sou um obreiro. Vamos dizer, eu sou um obreiro. É como o soldado. O general é um obreiro. Aliás, desculpe, o general é um soldado, o tenente é um soldado. Então, o termo genérico que nós usamos... porque, às vezes, o obreiro nem tem uma credencial, mas ele é um obreiro, porque ele, espontaneamente, voluntariamente, exerce alguma coisa. E o Odair é um obreiro porque, espontaneamente, ele exercia, exerce um cargo — não é da igreja, mas a igreja apóia esse tipo de trabalho —, que é recuperação de pessoas com dependência química. Agora, no conselho nacional ele exercia serviços gerais. Para isso é que ele foi contratado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, ele exercia serviços gerais no conselho nacional e prestava serviços numa entidade que recuperava pessoas drogadas. É isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ele recebia remuneração pelas 2 atribuições?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não. Como funcionário da igreja, para serviços gerais, ele recebia uma remuneração. E a igreja...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor lembra de quanto?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Em torno de 700 reais líquidos, aproximadamente. E a igreja ajudava a entidade dele. Inclusive, quero deixar claro aqui, Deputado, que isso tudo é muito legal, documentado, porque a igreja tem que prestar contas à Receita, ao INSS, enfim, aos órgãos competentes. E ela dá, então, uma contribuição de 1.400 reais, que é a contribuição da igreja.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Para a entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Para a entidade. A entidade... A igreja não tem nenhuma ligação legal com a entidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Como se chama essa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É GRADE.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - GRADE; as iniciais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E o Sr. Odair é o que nessa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele é o fundador desse...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ele é o presidente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele é o presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, a igreja repassa 1.400 reais, por mês, para essa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor sabe outras formas de arrecadação que essa entidade possui?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor sabe, aproximadamente, quantas pessoas ele cuida ou trata nessa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Também não sei, Deputado. Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor já visitou essa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Também não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nunca foi?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que a igreja decidiu colaborar com essa entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, deixe eu lhe dizer uma coisa: ligados à igreja há muitos pastores ou pessoas não-pastores, membros comuns, que têm trabalho de ação social, que tem ONGs. Em Belo Horizonte, por exemplo, nós temos uma entidade que se chama Casa da Provisão. Essa Casa da Provisão é uma entidade independente, mas ela é mantida pela Igreja do Evangelho Quadrangular; o básico dela, que é a estrutura, aluguel, funcionários. Então, a Igreja do Evangelho Quadrangular também contribui com essa Casa da Provisão. Inclusive, vale a pena dizer aqui para vocês, desculpe, para os senhores que não sabem que nós, todo ano, fazemos um SOS, no norte de Minas, e distribuímos cerca de 350 toneladas de alimentos, de roupas para os flagelados do norte de Minas. E essa mesma Casa da Provisão hoje atende, dá assistência a 100 entidades filantrópicas pobres: creches, asilos, orfanatos. Então, é normal a igreja dar esse tipo de contribuição a essas casas, a essas entidades.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A quantas casas a igreja dá essa colaboração, aproximadamente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu poderia dizer que hoje... Também é muito difícil, Deputado. Eu queria mais uma vez lembrar que nós temos hoje quase 10 mil igrejas espalhadas pelo Brasil. Vou dar um exemplo: eu não citei o



nome de um companheiro, que está aqui, do Tocantins. É provável que lá ele contribua com alguma entidade que eu não sei, porque não é preciso que ele dê um relatório para mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Diretamente, o senhor comanda o conselho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E é o conselho que colabora com essa entidade do Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Conselho colabora com quantas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - No momento, é só com essa, a GRADE.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Só com a GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Só.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que ela foi escolhida?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Porque esse Odair, quando foi trabalhar no conselho, é que nós ficamos sabendo que ele tinha esse trabalho. Inclusive, ele trabalhou com salgadinhos, fez campanha para a casa. Porque uma casa de recuperação dá muito trabalho. E foi nesse envolvimento de amizade mais... Porque, antes, não havia conhecimento de que ele tinha uma casa de recuperação. Não porque a igreja seja alheia, mas porque não há uma necessidade obrigatória de um membro da igreja ter um trabalho de ação social e comunicar a igreja. Então, ele veio trabalhar e aproveitou desse momento, contou a história, o trabalho que ele tem. Não sei se e senhor sabe, casa de recuperação para viciado — aliás, qualquer trabalho social — dá muito trabalho. Essas pessoas às vezes têm que ir a supermercados pedir ajuda de mantimentos. E o que a Igreja... Ele chegou, tomamos conhecimento do seu trabalho, pediu ajuda e nós resolvemos... Essa ajuda não é uma ajuda permanente. É uma ajuda assim, por exemplo, um acordo de 3 meses. Venceram aqueles 3 meses, a gente analisa se a igreja, o conselho tem condições de continuar ajudando.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Como é feito o pagamento para a igreja, é em cheque? Perdão, para a entidade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É depósito na conta da entidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Na conta. Há algum convênio por escrito?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Há um convênio por escrito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Com a GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Com a GRADE.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nesse período, outras entidades pediram o mesmo tipo de auxílio para o conselho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Para o conselho?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Foi só a GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor não se lembra. Quando um funcionário de assuntos gerais, ou de serviços gerais, como o senhor nomina a atividade exercida pelo Sr. Odair... Ele é seu subordinado direto?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem é o chefe imediato dele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Celso Nascimento, que é o chefe dele direto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sr. Celso Nascimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Que desempenha que função?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Secretário de Comunicação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Secretário de Comunicação. Então ele atua na aérea de comunicação o...



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não... Ele é que expede correspondência. O que o conselho decide é ele quem manda, ele é que comunica convocação de reuniões...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ou seja, ele é um *office-boy*?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Quem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Odair.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O Odair?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É, um *office-boy*.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, como se diz, serviços gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim, mas serviços gerais é bem vago. Obviamente, dentro do universo de serviços que ele presta... São serviços, imagino, mais, eu diria, corriqueiros?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Vai ao correio levar correspondência...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É um *office-boy*. É uma espécie de *office-boy* talvez.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, é uma espécie de *office-boy*, pode-se dizer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que o senhor viajaria com uma espécie de *office-boy* para alguns Estados para cuidar de políticas da igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, eu o conheci mais próximo no mês de setembro, aproximadamente, quando fiquei sabendo ali... chegando ali no conselho, conversando com as pessoas, eu tomei conhecimento do seu trabalho. E nós estreitamos... Eu fiquei muito interessado, porque eu quero... eu tenho...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - De qual trabalho o senhor está falando? Dos viciados?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Da entidade do Odair.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim.



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É ao que o senhor se refere, não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - E eu achei interessante o trabalho, porque um trabalho para recuperação de viciados é muito difícil encontrar pessoas que queiram, que têm vontade, que têm disposição. Eu achei que ele tem disposição, que ele já tem um trabalho pequeno. Inclusive nós discutimos a idéia de um nome para uma ONG, e passamos, então, a discutir, a conversar, porque eu acho que ele tem idéias boas nesse terreno. Às vezes... Eu não estou fazendo a defesa dele, porque nós vamos saber o resultado disso tudo depois que o conselho encerrar o seu trabalho. Mas ele é uma pessoa que raciocina, que tem pensamentos, que tem projetos, ele trabalha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu entendi. Agora, evidentemente, quando o senhor fez deslocamentos com ele, e possivelmente até custeados com a verba parlamentar, ele vinha cumprir uma missão. Não creio que ele viesse a passeio, até porque V.Exa. não usaria verba parlamentar para que alguém viesse passear. Ele tinha alguma missão? Qual era a missão, por exemplo, que ele teve quando veio a Brasília?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nenhuma, em especial. Apenas eu conversei com várias pessoas aqui em Brasília da possibilidade de a gente criar essa ONG, fazer o registro. Inclusive está em andamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Que ONG?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Uma ONG para trabalhar com pessoas dependentes químicos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Essa GRADE?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Outra ONG?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Outra ONG.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas o senhor... Quando ele veio com o senhor para Brasília... Eu insisto na pergunta, porque esse é um aspecto que a Relatora argüiu e para mim não ficou claro, e peço desculpas ao senhor. Mas quando o senhor o trouxe a Brasília, possivelmente custeando com



verba pública a vinda dele, eu não acredito que ele não tivesse nenhuma missão, por só lhe fazer acompanhamento, porque isso não justificaria emissão de passagem pelo gabinete. Ele veio atender a uma missão. A minha pergunta é: que missão seria essa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, eu vou...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado, me dê um aparte. Só... E o senhor falou lá na nossa fala que ele... que era uma relação de exclusividade na viagem. O que é essa exclusividade, só para completar a pergunta.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Como assim exclusividade?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor falou: não era uma relação de exclusividade. Foi a expressão que o senhor utilizou .

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não há uma relação de exclusividade. Deixa eu repetir aqui, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu tenho aqui vários companheiros que vêm comigo a Brasília. Vêm me acompanhando. Alguns vêm para ver alguma coisa no Ministério, num órgão. E ele veio comigo porque nós estávamos conversando, estudando a possibilidade de termos uma ONG no sentido de fazer recuperação de pessoas dependentes químicos, mas também muito mais abrangente do que isso, algo que a gente pudesse fazer no Brasil todo, uma fazenda, tipo... para recuperação de... ou um local onde as pessoas pudessem ter um aprendizado profissionalizante, coisa assim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É isso... Se me permite a minha insistência, às vezes eu sou um pouco chato, mas eu gosto de entender as coisas com clareza. Para conversar sobre isso, o senhor não precisaria vir com ele a Brasília, o senhor poderia conversar com ele onde ele estava. O senhor não precisaria pegar um avião com ele para trocar idéias sobre isso. Então, eu imagino que ele veio fazer alguma coisa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, também companhia, conversar. Ele vinha aqui e saía, ficava o dia todo resolvendo problemas pessoais. Eu não sei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pessoais, em Brasília?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Dele, questão pessoal. Eu não sei o que ele estava resolvendo e ficava...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Era ele quem pedia para vir com o senhor para cá?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Às vezes, sim, e às vezes eu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor não indagava a razão pela qual ele lhe pedia?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Bastava ele lhe pedir, e o senhor concordava que ele viesse?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não é assim. Não todas as vezes. Porque ele deve ter estado outras vezes aqui sem...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, quando vinha com o senhor, claro.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quando ele vinha com o senhor, ele lhe pedia para vir?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Como?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quando ele vinha com o senhor era ele quem lhe pedia para vir, ou era o senhor que o convidava?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, eu o convidei para vir comigo aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por quê?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Para conversar, para companhia também. Deixa eu repetir, Deputado. Eu tenho alguns amigos aqui que viajam comigo também. O Dr. Jaime viaja comigo. O Deputado Jefferson, que não é mais Deputado hoje, ele viaja toda semana, ele vem aqui, nós estamos aqui conversando, não há um objetivo que nós vamos montar um negócio. Nós estamos conversando. E, eventualmente, às vezes, a gente tem alguma idéia de trabalho de igreja, de trabalho parlamentar. É uma amizade normal, eu considero.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, queria só entrar um pouco nesse assunto, para o senhor nos esclarecer. O que é essa ONG Escola do Ministério Jeová Jiré?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Essa ONG não é da igreja, essa ONG foi criada pelo Pastor Jerônimo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É uma ONG...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Vou só dizer ao senhor como é que a gente... como é que eu cheguei a esse conhecimento. Existe um processo no Supremo Tribunal Federal — porque V.Exa. é Deputado Federal, certo? — que... Eu estou lendo matéria do jornal...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ...mas acho que é uma oportunidade para V.Exa. se expressar. Seria uma ONG, como está aqui, criada pela Igreja Quadrangular, pelo pastor...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, pelo pastor Jerônimo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pastor Mário de Oliveira e o Pastor Jerônimo, que teriam sido denunciados ao Ministério Público de Contagem, porque montaram uma ONG para desvio — estou lendo o que está aqui, Deputado; se estiver sendo injusta o senhor me perdoe —, uma ONG que desvia... desviava dinheiro da Prefeitura Municipal de Contagem. E aí há fotos. É uma matéria do *Estado de Minas*, de 8 de julho de 2007. Estou só citando a fonte. E isso é fruto, hoje, de um processo de 3... do Ministério Público. Três procuradores estão processando, investigando essa questão. O senhor gostaria de colocar alguma coisa sobre isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Essa ONG Escola de Ministérios não pertence à igreja. Ela foi fundada pelo Pastor Jerônimo. A igreja também...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Pastor Jerônimo quem é, por favor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É um pastor de Belo Horizonte.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - De Belo Horizonte.



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, um dos pastores. Houve de fato uma denúncia de que havia desvio de verba. Eu fui denunciado. O juiz que recebeu a denúncia não aceitou a denúncia contra mim. O promotor recorreu e deve estar aqui no Supremo. Eu não fui ainda citado. Mas, na primeira instância, o juiz não aceitou denúncia, porque ele não viu provas do meu envolvimento, porque de fato não há envolvimento com esta Casa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Só mais uma coisinha, antes de passar, para lhe devolver. O cargo que o Deputado Carlos Willian ocupou na igreja mexia com dinheiro? Ele era advogado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não mexia com dinheiro, não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mexia...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não mexia com dinheiro, não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Só mais uma questão, Deputado. Porque falam, assim, de débitos de campanha, débitos... Isso o senhor...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não existe isso, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não existe. Essa empresa Rhema Ltda. O que é que é isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não conheço. Não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Que prestaria serviço à ONG.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, deixa eu repetir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Essa ONG não tem nenhuma ligação com a igreja. Foi ligada, eventualmente, por quem denunciou, mas não tem nenhuma ligação com a igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Embora parece que nos cartazes tinha foto sua e foto do Pastor Jerônimo juntos.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - De 3 em 3 meses ele fazia um trabalho de...



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Um anúncio de que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - ...de encerramento de turma. Então, fazia um culto. Eu fui lá. O Prefeito foi lá. Iam lá diversas autoridades.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O seu interesse era sobre questão de viciados, que em 15 dias resolveria o problema de viciados.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Mas não é uma realidade. Levava 6 meses. Isso aí é notícia da imprensa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É claro. Eu fiz questão de dizer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Seis meses é o tempo de recuperação que a gente supunha de pessoas viciadas. Eu fui... Para dizer a verdade, acho que eu fui 2 vezes em encerramento de trabalho de uma turma.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Era uma mansão mesmo, como está nessas fotos aqui?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, é um galpão.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não é uma mansão, não?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente. É um local onde tem alojamento, beliches. Não existe uma mansão nesse lugar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Voltando aqui. Quando o senhor conversou pela última vez, seja por telefone, seja pessoalmente, com o Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não posso precisar, Deputado. Talvez há uns 30 dias, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Antes dos acontecimentos ou depois?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Antes do acontecimento era um relacionamento normal. Depois do acontecimento ele me ligou, me procurou umas 2 vezes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Antes de o senhor tomar contato pela imprensa, que foi como o senhor tomou, pelo que parece, dos fatos, qual foi a última vez que o senhor tinha conversado com o Sr. Odair?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu estive em São Paulo cerca de uma semana antes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor esteve com o Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor sabe precisar onde, em que circunstâncias?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não posso precisar. Provavelmente tenha sido no próprio local de trabalho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - No próprio local de trabalho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não lembra o que conversaram?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Posteriormente aos acontecimentos o senhor falou 2 vezes com ele por telefone?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Rápido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Duração aproximadamente das ligações, o senhor lembra?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O que foi falado exatamente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Que ele queria... precisava me encontrar, que ele estava arrependido, queria me explicar, queria o meu perdão. Eu disse que oportunamente ele teria essa oportunidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - As ligações foram no mesmo dia?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não, em dias diferentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Diferentes. A ligação foi para o seu telefone pessoal ou foi para o telefone da igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Foi para um telefone pessoal.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Telefone celular?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Celular.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - As 2 ligações foram feitas para o telefone celular?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O outro número que eu tenho. Telefone de cartão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Telefone de cartão... Perdão, eu sou um pouco... É pré-pago?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pré-pago.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, ele ligou para o seu telefone pré-pago?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - As 2 vezes para o telefone pré-pago?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Duas vezes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Esse é o telefone normal que o senhor utiliza?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Esse telefone é um telefone especial?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É um telefone especial que eu uso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Esse telefone o senhor dá apenas para algumas pessoas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, algumas pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Alguma preferência por ser um telefone pré-pago?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso é mera coincidência? Qual o universo de pessoas a que o senhor costuma dar esse seu número para que as pessoas contatem?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pessoas que eu tenho um relacionamento ministerial, às vezes profissional, pessoas assim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas são pessoas próximas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pessoas próximas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, eu posso considerar que o Sr. Odair é uma pessoa muito próxima do senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Hoje eu não sei da situação, mas houve um período em que ele foi muito próximo. No período de meados de setembro, outubro até esse episódio; hoje, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em relação ao nobre Deputado Carlos Willian, pelo que eu me recordo — o senhor me corrija se eu estiver errado —, V.Exa. disse que mantém, mantinha uma relação de amizade com Carlos Willian, até que ocorreu um incidente que implicou que ele fosse expulso praticamente da igreja. É isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não foi expulso, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ele saiu por vontade própria?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Ele foi disciplinado e teve uma suspensão de 6 meses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E aí ele saiu?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Depois ele saiu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Aí ele saiu. A relação pessoal dos senhores ficou estremeçada nesse momento, ou já tinha um estremeçamento anterior?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Olha, a partir do momento em que houve aquele episódio no Sermão da Montanha e que ele foi chamado à liderança para a gente analisar aquilo tudo, em que se decidiu pela sua suspensão, não foi cortado o relacionamento, mas é claro que ficou estremeçado. Mas eu acho que o estremeçamento maior foi a partir do dia que ele decidiu se desligar definitivamente. Aliás, não houve estremeçamento. Ele saiu, nunca mais...



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Chegaram a ter alguma briga?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não. Em nenhum momento houve qualquer discussão a respeito, mais áspera?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, nunca houve discussão. Nunca houve.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nunca houve.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quando foi a última vez que o senhor falou com o Deputado Carlos Willian antes do acontecimento noticiado pela imprensa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Desse acontecimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Relacionamento com ele... Depois que ele saiu nós não conversamos mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nunca mais conversou?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca mais conversamos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nem telefonemas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nem telefonemas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nunca mais conversaram nada?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca mais conversamos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quanto tempo entre uma data e outra, mais ou menos? Entre os fatos da imprensa e o momento em que ele saiu, quanto tempo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O fato da imprensa? Ele se elegeu em 2002...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - ...e se desligou em 2005. De 2005 para cá nós não temos mais...



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor nunca mais falou com ele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ele mantinha contato com pessoas da Igreja?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não sei Deputado, porque aí já é uma iniciativa dele. Não sei se mantinha. Esse Charles, por exemplo, que é o assessor dele era da igreja. Se ele ainda é da igreja, ele mantém relacionamento com alguém da igreja.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Alguma vez o senhor recebeu algum tipo de ameaça do Deputado Carlos Willian?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nem por interposta pessoa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca recebi nenhuma ameaça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor soube que alguma vez, eventualmente, o Deputado Carlos Willian tivesse falado mal do senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Também não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor considera o Deputado Carlos Willian uma pessoa idônea e honesta, acima de qualquer suspeita?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu não tenho nenhuma opinião neste momento a dar a respeito do comportamento dele. Eu vou repetir aqui, porque eu sou muito cauteloso: eu não quero acusar ninguém, mas eu acho que esta Comissão, este Conselho, poderia fazer um... dar uma olhada na vida pregressa de cada um. E eu quero lembrar aqui, Deputado: eu não vim aqui para acusar ninguém. Não faz parte do meu feitio, do meu caráter.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Claro.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não quero acusar, porque, se a gente chegar a acusar, nós temos que ter uma prova consistente para dizer que fulano é isso ou fulano é aquilo. Eu apenas digo para o senhor que não temos nenhum relacionamento, não conversamos mais, eu não tenho recebido ameaças,



eu não tenho informação de que ele tenha feito qualquer ameaça. O incidente que houve foi que ele, quando nós fizemos um comunicado ao Ministério de que ele havia saído da igreja, ele entrou na Justiça, conseguiu uma liminar, para que nós parássemos de distribuir esse comunicado. Mas já tinha parado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Era um comunicado que dizia o quê?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Foi entregue aqui para a Relatora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Foi entregue. Depois V.Exa. me passa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Apenas dizendo que ele não estava mais no Ministério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E aí ele conseguiu uma liminar paralisando.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Paralisou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora, o senhor... Evidentemente, não cabe ao senhor provar absolutamente nada, mas o senhor tem notícia de algum fato que desabone o Deputado Carlos Willian na sua vida anterior?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu gostaria de não citar, Deputado. Eu gostaria de não citar nada. Mas eu não quero citar, porque... Eu gostaria de pedir aos meus colegas Deputados que eu vim aqui fazer a minha defesa. Eu tenho uma... eu tenho, vou repetir aqui, eu tenho um ponto de vista de que eu não preciso acusar ninguém para ter sucesso, para vencer. Eu acho que... Eu acho que já é bom demais eu conseguir vir aqui e fazer a minha defesa. Então, se há alguma dúvida a respeito do comportamento do Deputado Carlos Willian, eu acho que cada Deputado devia fazer uma análise.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É o seu legítimo direito, evidentemente, não... se recusar a responder, até porque o senhor está aqui na condição de acusado. É legítimo direito, e esta Comissão compreende. Agora é também legítimo direito nosso entender que, pela sua resposta, V.Exa. conheça algum fato desabonador que atingiu a vida do Deputado Carlos Willian.



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O senhor está dizendo, mas eu não afirmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sim, eu estou concluindo, não dizendo. Mas essa conclusão é a que eu chego, e faço uma pergunta. Se V.Exa. não quiser responder... Esses fatos desabonadores que implicitamente V.Exa. diz que deve ter ciência deles, V.Exa. soube mais recentemente ou antes dos acontecimentos dos fatos que motivaram esse processo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não, não vou fazer nenhuma declaração a respeito. Vou repetir que eu não vim aqui para acusar ninguém.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Deputado Carlos Willian era da sua estrita confiança antes do episódio do Sermão da Montanha?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Da estrita confiança.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pessoal?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pessoal, profissional, ministerial. Inclusive, Deputado, deixe até eu concluir, o senhor se referiu a um pequeno obreiro, como relaciono-me com um pequeno obreiro de uma categoria inferior como o Odair. Assim como durante tantos anos eu tive um relacionamento de amizade, ou profissional, com o Carlos Willian, também tenho com outros. Não é só com o Odair. Tenho com muitos outros. Porque, na verdade, apesar de eu ser um Deputado Federal, exercer um cargo que considero de muita importância e responsabilidade, sou de uma origem humilde. Os meus companheiros, Deputado, são pessoas simples. Toda semana eu tenho vindo... para não perder prazo aqui, tenho vindo de carro. E os meus amigos vêm comigo. Ontem mesmo veio esse Marcos, que é citado no processo. É meu companheiro. Ele viaja comigo. Veio também o Pastor Vander. É meu companheiro, viemos aqui. Não há uma intenção... *"Vamos lá, vá me defender na Comissão"*. Apenas companheiros. São pessoas que por uma razão que a gente talvez desconheça cativam a gente. Porque às vezes alguém pensa que por ser um pastor, presidente de uma agremiação, a gente não tem problemas. E às vezes encontramos consolo e conforto na opinião de uma pessoa humilde, de uma pessoa simples, que tem uma resposta para dar. Então, volto à questão do



Deputado Carlos Willian: tivemos, sim, uma relação de amizade, durante muito tempo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor o apoiou na eleição dele para Deputado, em 2002?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor o apoiou?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E depois com o rompimento da igreja houve o envolvimento político também?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É, total, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Naturalmente. Apenas a última pergunta, Sr. Presidente: o senhor localiza alguma razão, por mais remota que seja, que pudesse o Sr. Odair ou o Deputado Carlos Willian querer envolvê-lo em algum tipo de situação como essa? Ou seja, haveria algum propósito, alguma razão de ser para que fizessem uma armação com o senhor?

Veja, porque isso é muito importante. Da mesma forma que eu, claro, sou obrigado a lhe fazer perguntas tentando saber eventuais razões de ser, de comportamentos que possam justificar a denúncia, eu tenho que indagar sobre razões de ser e situações que possam lhe servir de defesa. Está claro?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, é nessa linha que lhe pergunto: haveria, por mais remota que pudesse ser, alguma razão para que tentassem fazer uma armação envolvendo o senhor nessa situação?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, vou repetir mais uma vez aqui: venho indagando, não neste episódio, mas há muitos anos, por que as pessoas traem. Então, não sei. Desconheço qualquer razão, qualquer motivo dessa traição, desse comportamento; desconheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Abelardo Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nos encontramos hoje aqui numa situação muito difícil. Temos um



colega aí depondo, e pesam contra S.Exa. algumas acusações oficiais, outras oficiosas, e os membros desse Conselho não têm os instrumentos e as ferramentas necessárias para prejulgar, para indagar, para inquirir o nobre colega que está aí.

Não tenho nenhuma opinião formada sobre se S.Exa. é culpado, não é culpado, mas têm algumas coisas que contribuem para se ter uma visão da acusação contra S.Exa. e outras coisas que não contribuem.

Farei 2 perguntas ao colega e torço, sinceramente, para que V.Exa. seja inocente, porque têm algumas coisas mesmo sem nenhum... empiricamente analisando, V.Exa. deixou algumas coisas vagas em seu depoimento e algumas coisas bem afirmativas.

Quando V.Exa. diz que o advogado do Deputado Willian advogou causas suas, de V.Exa. e do seu ministério, essas causas envolveram numerários, envolveram valores?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, ele era contratado pelo conselho nacional e recebia a remuneração como advogado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas o objeto dessas ações geralmente...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - São diversos, Deputado. Uma igreja tem muitos problemas, tem problemas trabalhistas, despejo, problemas normais como qualquer sociedade tem. Então, não havia um...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas não teve nenhuma causa de repercussão, de caráter pessoal, de caráter financeiro?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, nunca teve. São causas gerais, coisas generalizadas.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - A segunda indagação que vem a formar uma convicção até inicialmente a favor de V.Exa. e que causa estranheza, acredito eu, à maioria deste Conselho: como o sujeito foge de uma polícia do Estado de São Paulo, na região de Osasco, que tem ali perto um quartel, onde foi pego o seqüestrador do Sílvio Santos, e deixa na sua fuga uma fita comprometedoras a todas as pessoas envolvidas?

Isso causa estranheza ao Conselho, pelo menos a mim, pois nunca soube que alguém em fuga não quisesse se desfazer de alguma prova que futuramente lhe



comprometesse. Não consigo entender — V.Exa. como está envolvido, pelo menos citado: como foge o Alemão e deixa uma fita em que compromete uma série de pessoas?

Peço que esclareça para que forme uma convicção de inocência ou de culpa das partes envolvidas. Eu não consigo conceber que um matador profissional em fuga deixe em cima da mesa uma prova... Se fosse dentro de um bueiro, se fosse numa caixa d'água, se fosse na enxurrada, se fosse na Marginal do Tietê... Mas em cima de uma mesa?

Gostaria que V.Exa. e o seu caro advogado esclarecessem o Conselho, porque não queremos condenar, culpar, um inocente. Mas queremos formar pontos de vista, convicções. Eu não concebo uma pessoa que tem um passado de drogas, um passado de crime, em fuga, entregar pacificamente à polícia do Estado de São Paulo uma prova devastadora, robusta, contra as partes citadas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, eu disse que nós anotamos 21 contradições no relatório da polícia de Osasco. O senhor pode crer que não é a primeira, mas uma das primeiras contradições é esse fato. Isso sem contar, Deputado, que ninguém combina um assassinato, claro, de outra pessoa, principalmente se tratando de um Deputado, e grava a sua própria conversa. É algo estranho isso aí.

Então, isso é um sinal. Vou repetir aqui que no tempo hábil vamos mostrar outros pontos contraditórios no relatório da polícia de Osasco, mas isso já um indício de que alguém está armando alguma coisa. É uma montagem de um plano para atingir alguém.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Deputado, essa gravação era telefônica ou ambiente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Acho que tanto eu como a Relatora, o Presidente e os demais membros não podemos afirmar, porque não tivemos acesso a essa gravação. Estamos aguardando que ela chegue para que possamos ouvi-la.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Acredito que a maioria deste Conselho pensa que, numa fuga, uma pessoa com um passado de crime, entregar pacificamente, mansamente à polícia de São Paulo uma fita, que não sabemos se



foi interceptada, se foi gravada em ambiente fechado... Tudo isso eu faço, Deputado, no sentido de colaborar para a sua absolvição ou a sua condenação, partindo do pressuposto de que todo mundo é inocente até prova em contrário.

Acho que com relação a esse ponto, futuramente, V.Exa. tem de esclarecer bem a esta Casa. Essa gravação é fundamental para a formação de convicção.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, é algo que não sou eu que vou esclarecer. Vamos apresentar na nossa defesa os pontos contraditórios do relatório da polícia. Esse aspecto da fita que foi deixada, deu tempo, pois a polícia prendeu o Alemão. Foi para prender um assassino, mas prendeu um outro que deu tempo de deixar uma fita gravada em cima de uma mesa. Temos de analisar para ver se o local foi esse mesmo, se havia uma mesa, o que aconteceu no dia anterior e tantas outras coisas que vamos analisar no tempo certo.

O meu advogado, Dr. Itapuã, gostaria de fazer uma leitura que talvez ajude um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sabe o que é, Dr. Itapuã, esse relatório já foi entregue a todos os membros do Conselho.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Todos os membros já receberam esse relatório, o relatório da polícia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já. Não há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - O que seria a sua opinião?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Como é, doutor?

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - V.Sa. queria expor o quê?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Eu gostaria apenas de fazer uma leitura, mas já sei que V.Exa. tem uma cópia. Iria fazer uma leitura do relatório dos policiais no momento da prisão do Odair, para que os senhores tivessem a informação de como os procedimentos se deram. Mas segundo informações do Presidente V.Exas. já dispõem desse relatório.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Correto. Mas com relação ao seu relatório, a degravação é telefônica ou ambiente?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sabe esses cartões, esses telefones que têm um *chip* de memória? Esse *chip* de memória, quando foi



conversado entre as partes, segundo consta no relatório, entre Alemão e Odair — segundo consta; não é uma afirmação nossa, porque não dispomos desse material —, então, uma das partes gravou a conversa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Tinha interesse em gravar essa conversa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Essa foi uma gravação planejada, com o interesse de prejudicar alguém.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Colaborando com o raciocínio de todos, na acusação do PTC ele diz aqui num texto que houve uma autorização judicial para essa interceptação telefônica. É do seu conhecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não é do meu conhecimento. Não sei se o Presidente ou a Relatora...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Não é do conhecimento. É tudo para que a gente não cometa aqui nenhum tipo de injustiça contra V.Exa., porque se há uma autorização judicial e é interceptada uma conversa dessa, acredito que a situação de V.Exa. é uma. Agora, se essa conversa foi ambiente, sem autorização, e é uma prova ilícita ou uma combinação, vem a favorecer. Por isso insisto que a Relatora e o Presidente, que tão bem conduziram essa oitiva, esclareçam bem a Casa, o Conselho, porque aí nasce todo o esboço, ou da acusação contra V.Exa. ou da absolvição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para esclarecer, nunca foi enviada ao Conselho uma autorização judicial. Nós ficamos sabendo pelo jornal *O Globo*, apenas isso.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Da autorização judicial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É. Então, na realidade, não temos isso. Todos os documentos que chegam ao Conselho estou encaminhando primeiramente à Relatora e, posteriormente, aos membros do Conselho.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Agora, tem de ser rebatida a denúncia da outra parte, que diz que houve uma autorização judicial. É grave se não houve, mas ele afirma que houve. Ele disse que há uma autorização judicial e que nessa autorização houve uma gravação da conversa.



Acho que esse ponto, pelo menos para mim, é fundamental. A questão de gravação tem salvado e derrubado muita gente.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso, Deputado, é apenas o começo das contradições do relatório da polícia de Osasco. Não vamos revelar mais porque não queremos mostrar todas as provas. Vamos aguardar para a defesa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas aqui V.Exa. está fazendo uma defesa, porque quero crer que vamos formar uma convicção de acordo com os fatos que vão ser colocados à luz deste Conselho. Torço por V.Exa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Queria apenas fazer 2 questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Tem a palavra a nobre Relatora.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Em primeiro lugar, quando o Deputado José Eduardo Cardozo lhe perguntou se o senhor fez alguma questão contra o Deputado Carlos Willian, se existe isso, o senhor disse que não. E o contrário? Lembro-me do Deputado Carlos Willian dizendo que no dia da posse, aqui, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, teria havido alguma questão, que houve uma representação na Corregedoria. Queria que o senhor informasse especificamente... Questões o senhor pode não ter feito, mas existem questões encontradas como essa que impediram a continuação da distribuição dos papéis. E além dessa? Peço que explique um pouco a da Câmara e outras, se conhece.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - No dia da posse estavam ao meu lado o Deputado Jefferson e o Deputado Waldir Agnello, de São Paulo. Havia uma movimentação muito grande. Era o dia da posse. Quando íamos entrando no cafezinho, ouvi alguém falando alto lá atrás, num tom mais alto, e eu por acaso olhei para trás e era o Deputado Carlos Willian, que falava qualquer coisa. Apenas entendi na sua fala "*sua mãe*". Eu ainda achei que ele estivesse falando com alguém. Não entendi mais nada, porque havia muito barulho. Fiquei ouvindo e perguntei-lhe: "*O que foi? O que foi?*" Ele disse mais algumas coisas que eu não



entendi. O ambiente estava cheio de Deputados e funcionários, e os Deputados Jefferson e Waldir me pegaram pelo braço e me levaram. Foi apenas isso. Baseado nisso, ele fez uma representação na Corregedoria com o Deputado Inocêncio.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Qual o teor da acusação?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós até já estamos pedindo a íntegra, mas qual o teor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já está conosco.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - O teor de que eu o agredi e o ameacei de morte.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Esse é o teor que ele subscreveu contra V.Exa.?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E isso não se passou?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Absolutamente, não. Não tem jeito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Tenho de perguntar.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deixa eu dizer uma coisa para V.Exas. Não é fácil falar para uma platéia preparada como essa, apesar de eu ter experiência. Desde pequeno aprendi que quem quer matar não diz: "*Eu vou te matar*". Não é possível falar uma coisa dessas na frente... Eu não disse nada. Eu apenas perguntei o que foi e fiquei sem entender. E ele fez essa representação. Parece, Deputado, que foi até arquivada essa representação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Queria fazer mais uma questão. O senhor disse que o senhor e o Deputado Carlos Willian se conheceram em 1982. É isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Isso. É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quem eram esses personagens à época? Onde estavam? Não eram Deputados? Como é isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Quando eu concorri à primeira eleição, em 1982, eu o conheci porque ele morava naquela época em Ipatinga, e o



pai dele era candidato a Vereador. Ele me procurou, no sentido de apoiar o pai dele. Tinha muito interesse. Ele gostaria de presentear o pai dele, que já era de uma idade um tanto avançada. E pediu a mim apoio para o seu pai como candidato a Vereador em Ipatinga. Foi o que fiz, inclusive. Por razões alheias à nossa vontade ele não se elegeu. Depois desse fato, passamos a ter um relacionamento de amizade durante esse tempo todo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele coordenava suas campanhas? Era seu principal auxiliar?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Nunca tive um coordenador de campanha, nunca tive. Na verdade, eu sempre estava na coordenação. Existiam pessoas-chaves que tinham determinadas tarefas para fazer.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Qual era a dele?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Pesquisa de material, orçamento de preço de material. Depois, quem iria levar o material para o interior ou para os cabos eleitorais.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Essas eram as tarefas do então...

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não estou dizendo que eram dele.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Qual era a tarefa dele na campanha?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Era participar disso tudo. Às vezes, confeccionar material, dar idéia no tipo de cartaz, de folheto. Não existia uma função específica: ele foi o coordenador. Não existe, porque nunca houve isso. Sempre fui o coordenador da minha campanha. Neste momento é que estou me denominando, porque a gente nunca diz que é o coordenador. Mas eu coordenava minha campanha. Aliás, coordeno até hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado, nessa situação que aconteceu com V.Exa. e o Deputado Carlos Willian no dia da posse, quais Deputados ou pessoas teriam presenciado esse acontecimento? O senhor poderia nominar?



O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não tenho o nome de ninguém. Acho que quem presenciou este fato foram os funcionários de segurança, do cafezinho, as pessoas que estão ali.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas não tinham Deputados com o senhor?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não. Os Deputados que estavam comigo eram o Deputado Jefferson e o Deputado Waldir Agnello.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Os 2 Deputados viram o acontecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Viram. Eles participaram.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Deputado Jefferson e o Deputado Waldir Agnello.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Participaram, não, foram eles que me pegaram pelo braço e me retiraram.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mais algum outro Deputado que estivesse perto?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Especificamente lembra de algum assessor ou algum funcionário que tivesse presenciado os fatos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não me lembro, Deputado, não me lembro. Havia muita gente no dia. Não tinha nem lugar para transitar no cafezinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sr. Presidente, no momento oportuno quero fazer um requerimento à Mesa, mas pode encerrar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Só mais uma pergunta. Portanto, Deputado, a gente está fazendo essas perguntas... O senhor vê que no início o senhor disse que não havia nenhum problema com ele. Aí, a Deputada Solange levantou o problema de uma ação, parece-me, já arquivada.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu a considereei como uma ação ordinária, não é?



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Então, agora já houve um segundo fato. Ninguém quer prejudicar V.Exa., muito pelo contrário. Nós queremos saber se isso, na realidade, foi uma armação em relação a V.Exa. ou se esse Alemão explodiu o que estava com a incumbência de fazê-lo. É só isso o que nós precisamos saber, porque eu também acredito que um profissional como ele não deixaria a prova. Primeiro, ele sumiria com a prova para, depois, sumir do local, isso se ele é profissional como está dizendo. A não ser que ele tivesse o intuito de explodir a incumbência dele. Aí, ele explodiria com isso. É possível também.

Então, são as 2 coisas que, em tese, estamos analisando. De tudo o que V.Exa. falou, a única coisa que eu não entendi, até pelo relacionamento que V.Exa. tinha — e ele não tem relacionamento com o Carlos William — é por que o Odair faria isso? O que o levaria a isso? Qual é o fato que não conhecemos aqui? É importante o V.Exa. falar!

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Não sei, porque eu também não tive nenhuma diferença, nenhum atrito com o Odair, absolutamente nada. Não sei. Eu não sei. Eu não entendo. Eu quero entender no decorrer desse processo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Deputado acha que os fatos que estão sendo levantados prejudicaram a imagem da Câmara? V.Exa. acha isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Se eu acho? Acho!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Porque nós não estamos analisando o crime, não estamos analisando se mandou matar ou não mandou; se quis ou não quis. O problema é: houve desgaste? Houve falta de ética? Houve falta de decoro parlamentar? Houve um desgaste para a Câmara? O que V.Exa. acha?

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - V.Exa. está me perguntando? Bem, eu não vou dar minha opinião pessoal, mas eu acho que uma opinião geral que todo mundo deve ter, não é? Eu acho que sim, que houve o desgaste. Acho que houve.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Deputado, deixe-me esclarecer mais uma coisa aqui que eu acho importante. Eu vou repetir para V.Exas. aqui para não ficar... Parece que o nobre colega ainda ficou com dúvida. Eu não posso afirmar



se o Odair tinha amizade ou relacionamento com o Deputado Carlos William ou não. É uma coisa que eu não posso afirmar. Eu não posso afirmar, porque há muita gente na igreja, e eu não tenho condições de afirmar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quero fazer um requerimento a esta Comissão. Requeiro, neste momento, na forma regimental, que esta Comissão tome as providências necessárias para obter a relação de passagens emitidas pelo gabinete do nobre Deputado deponente nos últimos 2 anos em nome do Sr. Odair, com a descrição da data da emissão e do percurso feito com essas passagens emitidas pela quota parlamentar do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO DE OLIVEIRA - Eu acho que isso já está anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É um requerimento de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Esse é o requerimento.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, pela ordem. Apenas uma questão de esclarecimento ao Deputado Abelardo Camarinha, se o Deputado me permitir. Se V.Exa. verificar os termos da representação, Deputado, verá que a expressão relativa à gravação está entre aspas, dizendo: *“Eis a íntegra da reportagem veiculada”*. Então, são os temas do jornal *O Globo* que trouxeram a informação da gravação, e nós desconhecemos. Parece-me que não houve. Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Aqui, doutor, eu me baseei, no parágrafo que inicia assim: *“Em um trecho das escutas...”*

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Pois é. *“Odair diz a Alemão...”* Quer dizer, a mídia já tinha informação do que continha antes mesmo do próprio Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Como a Relatora vai nos colocar à mão...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Agradeço. Agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - O Deputado José Eduardo Cardozo apresentou um requerimento e vamos colocá-lo em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pergunto se há alguma consideração final a ser feita pelo depoente e pela Relatora. V.Exas. têm mais alguma consideração a fazer?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - De minha parte, não. Quero apenas agradecer ao Deputado Mário de Oliveira a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Antes de encerrar os trabalhos, agradeço aos Srs. Parlamentares e demais presentes a participação e os convoco para audiência pública proposta pelo Deputado Paulo Piau que será realizada amanhã, dia 9 de agosto, às 9h, no Auditório Nereu Ramos, em que serão discutidas as estratégias para a difusão na sociedade dos princípios, conselhos e comportamentos éticos.

Está encerrada esta reunião.